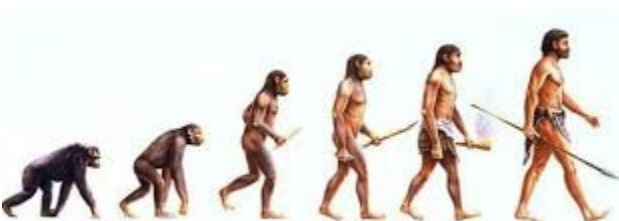




CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DOS EXAMES DE ADMISSÃO



FILOSCHOOL

2025

Caro candidato!

A FiloSchool faz votos de bom trabalho e de sorte nesta caminhada ao ensino superior.

A trajectória é difícil e longa, mas nós cá estamos para auxiliar-te no que precisar, de modo a que tenhas o melhor desempenho e, consequentemente, ser aprovado no teu curso dos sonhos.

Tendo isso em mente, decidimos elaborar este manual como forma de oferecer-te mais uma ferramenta – das diversas que dispomos – para que tenhas êxito.

O manual foi elaborado em harmonia com os conteúdos mais questionados nos exames de admissão de História das principais escolas superiores moçambicanas desde 2004.

Utilize-o com zelo e dedicação, e o teu curso dos sonhos já está à porta!

Equipa de Historia da FiloSchool

Janeiro de 2025

ESTRUTURA DA BROCHURA

- 1. HISTORIA GERAL**
- 2. HISTÓRIA DE AFRICA**
- 3. HISTÓRIA DE MOCAMBIQUE**

HISTORIA GERAL

DEFINICAO DE HISTORIA

A história estuda as mudanças e permanências ocorridas na sociedade. Procura perceber o modo como às pessoas viviam nos tempos antigos e como vivem hoje, bem como a relação entre aqueles tempos e os tempos atuais. Ou seja, a história estuda o tempo passado e também o presente. Por isso, pode-se dizer que a história é o estudo dos seres humanos no tempo e no espaço.

AS FONTES DA HISTÓRIA

O trabalho do historiador é semelhante ao do detetive. Ao investigar um caso examina todos os vestígios. Os vestígios produzidos pelo homem na sua passagem pela terra são chamados de fontes históricas.

As fontes históricas podem ser escritas, visuais, orais e da cultura material.

DIVISÃO TRADICIONAL DA HISTÓRIA

A história divide-se tradicionalmente em cinco grandes períodos (PRÉ-HISTÓRIA, IDADE ANTIGA, IDADE MÉDIA, IDADE MODERNA E IDADE CONTEMPORÂNEA), para facilitar o estudo da mesma. Porém esta divisão tem grandes críticas, tais como:

- O fato de esta divisão privilegiar a história da Europa, não podendo se enquadrar nesta divisão a história dos outros continentes;
- A ideia de linearidade presente na sua forma de organização e divisão.
- A desvalorização dos povos que não possuíam escrita, como se não possuíssem história.

O TEMPO E A CULTURA

Cada povo tem sua cultura, seu jeito próprio de viver e se organizar. Não existe cultura superior ou inferior. Cada cultura organiza-se conforme a necessidade do grupo e sua relação com o espaço em que vive. Portanto, cada cultura vivenciará e marcará a passagem do tempo de diferentes formas ou ritmos. São os chamados diferentes

tempos históricos. Em diferentes culturas, teremos diferentes calendários, que marcarão o tempo. A própria criação de relógios e outras formas de contar o tempo, são frutos da criação humana, na qual chamamos de tempo cronológico.

AS TEORIAS DE EXPLICAÇÃO DA ORIGEM DA VIDA

CRIACIONISMO: Teoria que explica a origem de tudo que existe no universo a partir da criação de um Deus Superior. Presente nas culturas antigas e tradicionais.



Imagem de explicação da teoria criacionista.

EVOLUCIONISMO: Teoria aceita pela ciência, segundo a qual as espécies de seres vivos passam por mudanças ao longo do tempo, diversificando-se e dando origem a novas espécies. Tem como principal referência o pesquisador CHARLES DARWIN.



Imagem que explica a evolução do Homem, teoria evolucionista.

CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS:

- **Politeísmo (acreditavam em vários deuses);**
- **Proximidade com rios (para facilitar a sobrevivência);**
- **Sociedade Estamental (sem possibilidade de mobilidade social).**

CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

- Localiza-se na no continente africano;
- Acreditava em vários deuses. (principais: Amon-Rá, Osíris, Isis, Hórus...)
- Dependiam da água do rio Nilo que possibilitou o desenvolvimento do Egito.
- Formou um grande império na antiguidade, governado por importantes Faraós. Que eram considerados Deuses na terra. Depois do Faraó, na sociedade egípcia vinham os Altos funcionários e sacerdotes, depois os artesãos, comerciantes e militares e por último os camponeses e escravos.
- Tinham nas pirâmides sua maior expressão arquitetônica.

CIVILIZAÇÃO GREGA

- Localiza-se no continente europeu;
- População organiza-se na antiguidade em comunidades com um centro político e geográfico independente chamado cidade-estado.
- Berço da democracia, demos (povo) e kratos (poder) que assegurava a soberania do povo no governo da cidade em praça pública. Porém na democracia grega não era para todos. Não participavam as mulheres, os estrangeiros e os escravos.
- Acreditavam em vários deuses (politeístas) e estes eram considerados semelhantes aos humanos, podendo tanto favorecer como prejudicar os humanos.

CIVILIZAÇÃO ROMANA

- Localiza-se na península itálica, no continente europeu.
- Um dos primeiros povos a povoar a região foram os latinos, que deram origem a língua latim, que se expandiu nas regiões conquistadas pelos romanos, inclusive em Portugal, dando origem posteriormente a língua portuguesa.

- Na sociedade romana estavam os descendentes das famílias mais antigas da cidade (patrícios), da onde vinham os reis ou imperadores. Depois os plebeus, que constituíam a maioria da população (agricultores, artesãos, comerciantes), os clientes formados por pessoas muito pobres, que prestavam serviços de todo o tipo e os escravizados, que ficavam nessa situação por dívidas ou por guerra.
- O Império Romano fez grandes conquistas territoriais na Europa, Ásia e África.

IDADE MÉDIA

- Período da história ocorrido na Europa entre os séculos V ao XV.
- Surgiu a partir da crise do império romano e as constantes invasões que intensificaram o retorno da população a ruralização e a vida longe das cidades.
- Marcado pelo forte poder da igreja católica nas relações sociais e de poder.
- Economia baseada na agricultura dos feudos (grande área de terra) e na relação de dependência entre a nobreza, proprietária das terras (SUSERANOS) e os camponeses ou quem recebia a terra (VASSALO).
- O comércio na época era pouco expressivo.
- Na sociedade feudal, a posição social dependia do seu nascimento. Dividindo a sociedade nessa época na Europa em três grupos: CLERO, NOBREZA E TRABALHADORES.
- A economia visava a subsistência e não o lucro, por isso não produziam em grande quantidade.

EXPANSÃO MARÍTIMA

- As grandes navegações foram motivadas pelo desejo de conseguir as especiarias e os artigos de luxo orientais, diretamente de quem produzia, ou seja, no oriente. Pois assim, o enriquecimento seria maior.
- No século XIV, o rico comércio com o oriente era controlado em grande parte por árabes e italianos. OS árabes traziam os produtos até o mediterrâneo e lá os italianos buscavam e distribuíaam por toda a Europa, lucrando muito. Como o Mediterrâneo era controlado pelos italianos era preciso encontrar outro caminho para chegar ao Oriente. Os portugueses acreditavam que chegariam ao Oriente contornando a África.

Portugal foi o primeiro a aventurar-se nas grandes navegações por vários motivos:

- ⇒ Foi o primeiro a possuir uma monarquia centralizada, um rei com controle sobre o território nacional.
- ⇒ Possuíam uma burguesia próspera.
- ⇒ O desenvolvimento de técnicas e de conhecimentos necessários à navegação.



Imagem que ilustra o decurso das viagens, no processo de expansão marítima.

PRINCIPAIS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS E ESPANHOLAS – SÉCULOS XV E XVI

- ⇒ Em nome de Portugal João I na conquista de Ceuta em 1415.
- ⇒ Bartolomeu Dias, por Portugal passou pelo Cabo das Tormentas em 1488.
- ⇒ Vasco da Gama na Índia em 1498 realizando o maior sonho de Portugal.
- ⇒ Cristóvão Colombo chega na América em 1492 numa expedição organizada pela Espanha.
- ⇒ Pedro Álvares Cabral partindo de Portugal chega ao Brasil em 1500.



Imagem que ilustra principais viagens.

CONSEQUÊNCIAS DAS GRANDES NAVEGAÇÕES:

- ⇒ Formação de sistema colonial europeu na Ásia e América;
- ⇒ Adopção da escravidão da população nativa e africana;
- ⇒ Enriquecimento dos países europeus;
- ⇒ Grande desenvolvimento do comércio entre os continentes e na Europa;
- ⇒ Desenvolvimento do Eurocentrismo.

RENASCIMENTO CULTURAL

Mudanças na Europa a partir do séc. XI ocasionaram o ambiente para florescer o Renascimento Cultural: aumento da população, avanço técnico, crescimento do comércio com o Oriente, aparecimento das feiras e casas bancárias e revigoramento das cidades, enriquecimento dos comerciantes (burgueses).

Renascimento – Movimento cultural intenso que começou no século XVI nas cidades italianas e se propagou por várias regiões da Europa. Tinha esse nome porque acreditavam que a época que tinha vindo antes seria de atraso cultural, trevas, diferente da antiguidade grega e romana, considerada o nascimento cultural da humanidade.

CARACTERÍSTICAS:

- **ANTROPOCENTRISMO:** O homem no centro das atenções.
- **RACIONALISMO:** A razão passou a ser considerada tão importante quanto a fé.

- **INDIVIDUALISMO:** Valoriza-se a capacidade individual, a arte e o talento de cada pessoa.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA GRECO-ROMANA.

Os mecenas - Os estudiosos e artistas do Renascimento foram financiados por ricos banqueiros, comerciantes e nobres do norte e do centro da Itália. Eram os chamados mecenas, ou seja, pessoas financiavam e protegiam o trabalho de artistas e cientistas. Para os mecenas, o financiamento de atividades intelectuais e artísticas passou a representar uma forma de obter status social. As obras de arte embelezavam e davam prestígio às cidades, o que as levava a competir para contratar os melhores artistas da época.

REPRESENTANTE DO RENASCIMENTO: LEONARDO DA VINCI - Desenhista, músico, botânico, inventor, cientista, matemático, arquiteto, engenheiro e pintor.

REVOLUCAO INDUSTRIAL

Revolução Industrial foi um conjunto de transformações económicas e sociais ocorridas, na Inglaterra, a partir da 2ª metade do séc. XVIII e rapidamente se estendeu para outros locais do mundo.

A Revolução industrial inicia na Inglaterra no século XVIII (a partir de aproximadamente 1780). As condições que levaram a Inglaterra a ser pioneira na revolução industrial foram:

- NA Revolução agrícola -ocorrem transformações na agricultura devido a aplicação de novas técnicas de cultivo (sistema quadrienal e a rotação de culturas, a selecção de sementes), introdução de novas culturas(batata e beterraba), a melhoria das condições do solo e criação de gado em campos fechados.

A Revolução demográfica que se traduz no aumento da população como resultado de melhoria da dieta alimentar em quantidade e qualidade devido a produção agrícola, a facilidade de transporte para abastecer a população, o progresso na medicina e melhoria das condições de higiene. Esta nova realidade vai diminuir a taxa de mortalidade e rejuvenescimento da população.

Alargamento dos mercados e acumulação de capital: havia um amplo mercado interno e externo na metrópole e nas colónias. Estes mercados consumiam a matéria prima como o ferro, hulha e a lã, algodão que vinha das colónias.

A Inglaterra tinha acumulado muito capital proveniente do comércio, pela grande expansão do império britânico. Esta situação permitiu a expansão do sistema bancário inglês e tornou-o o mais desenvolvido da época.



Imagem que ilustra o desenvolvimento da revolução industrial na Europa.

As invenções técnicas ocorridas na Revolução Industrial

Na indústria têxtil, o primeiro evento foi a SpinningJenny, conhecida por máquina de fiar inventada por Hargreaves em 1764. A maior invenção da primeira fase da revolução industrial foi a máquina a vapor, criada por Newcomen em 1712 que servia para bombear a água nas minas de carvão.

A máquina a vapor veio a ser aperfeiçoada por James Watt em 1769 que vai permitir a produção artificial da energia que inicialmente foi aplicada nos sectores de transporte e indústria têxtil, tornando-se símbolo da Revolução Industrial.

Em 1779, Samuel Cropton combinou as duas invenções numa nova máquina de fiar chamada Mula Jenny. Na indústria siderúrgica, fez-se o processo de transformação do ferro em aço em 1856.

I FASE: A REVOLUÇÃO MECÂNICA (1780-1870)

A primeira fase da Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, e foi marcada pelo aparecimento da máquina a substituir o trabalho manual. Esta fase também é caracterizada pela utilização crescente do carvão (hulha) como fonte de combustível para o funcionamento das máquinas. Desenvolveram-se nesta fase os sectores de arranque da revolução que foram as indústrias têxtil e metalúrgica.

O arranque da Indústria têxtil foi devido ao aumento da procura interna e externa, bem como a existência da matéria-prima, fornecida pelas colónias gerando assim grandes expectativas de consumo.

A Indústria metalúrgica regista um grande desenvolvimento a partir de 1830 devido ao aumento da procura de ferro e aço indispensáveis aos progressos da industrialização. Neste período, a metalurgia ultrapassa o sector têxtil, tornando-se no principal sector industrial.

II FASE: AS NOVAS FONTES DE ENERGIA E OS NOVOS INVENTOS TÉCNICOS (1870-1900 E EM DIANTE)

Ocorreu simultaneamente em vários países: EUA, Alemanha e França a partir de 1870.

Na segunda metade do século XIX deram-se avanços significativos nas ciências e nas técnicas. Apareceram novas fontes de energia, como, por exemplo, o petróleo, a electricidade e o gás natural. A segunda fase da revolução industrial foi ainda marcada pela invenção do processo de fundição de metais em 1856, pelo aperfeiçoamento do dínamo por volta de 1873, e pela invenção do automóvel nos EUA. Nesta fase substituiu-se o ferro pelo aço como material industrial básico; a indústria siderúrgica passou a constituir a base da economia e ao mesmo tempo, assiste-se ao desenvolvimento da indústria química, de material eléctrico, alimentar e têxtil.

III FASE DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Teve início na década de 1940 e com as seguintes características:

- ⇒ Utilização de várias fontes de energia (antigas e novas): petróleo, energia hidrolétrica, energia nuclear, energia eólica, e outras fontes;
- ⇒ Uso da informática no processo da produção industrial. Exemplo a Robótica;
- ⇒ Diminuição do emprego da mão de obra humana que foi substituída pelas máquinas automatizadas, computadores e robôs industriais.
- ⇒ Ampliação dos direitos trabalhistas;
- ⇒ Globalização: produção de produtos com peças fabricadas em várias partes do mundo;
- ⇒ Surgimento de novas potências industriais e económicas : Alemanha e o Japão (1970) e a China (1990);
- ⇒ Aparecimento de produtos tecnológicos ligados a comunicação e internet (telefones celulares, computadores celulares, notebooks, tablets e smartphones);
- ⇒ Aumento da consciência ambiental e passaram a buscar novos processos produtivos com baixo impacto ambiental.

REVOLUÇÃO FRANCESA

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO: A França era um dos países mais populosos e também um dos mais injustos. O governo do antigo regime mantinha privilégios para a Nobreza (primeiro estado) e o Clero (igreja- segundo estado) enquanto o povo era oprimido e junto com os comerciantes (burgueses – terceiro estado), eram os únicos que pagavam os impostos. A oferta de alimentos era pequena e os preços muito altos. Com isso, os pobres passavam fome. Os burgueses estavam insatisfeitos.

Os deputados do terceiro estado convocaram uma assembleia como objetivo de criar uma Constituição para a França. Com a tentativa do rei Luís XVI de interromper a assembleia, os populares dão início a revolução com o apoio do exército, invadindo e tomando a Bastilha, prisão símbolo do Absolutismo em 14 de julho de 1789.

IDEAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA (1789-1799) - liberdade, igualdade, fraternidade ou morte.

CONFERÊNCIA DE BERLIM

A Conferência de Berlim foi uma série de reuniões entre o final de 1884 e o início de 1885 e teve por principal objetivo resolver conflitos entre as potências europeias na região da Bacia do Rio Congo. Ela foi organizada pelo chanceler da Alemanha Otto Von Bismarck (1815-1898), e todas as reuniões ocorreram na Chancelaria do Reich, um antigo palácio na capital da Alemanha, Berlim.

OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM

O principal objectivo da Conferência de Berlim foi estabelecer um acordo entre os diversos países que tinham interesses na região da Bacia do Congo. A exploração dessa região era, nesse momento, o principal foco de atrito entre as potências europeias, o que poderia levar a uma guerra.



Conferência de Berlim

PARTICIPARAM DA CONFERÊNCIA DE BERLIM E FORAM SIGNATÁRIOS DA ATA FINAL DO EVENTO OS SEGUINTE PAÍSES:

Reino Unido; França; Alemanha; Áustria; Bélgica; Dinamarca; Espanha; Estados Unidos da América; Itália; Países Baixos; Portugal; Rússia; Suécia-Noruega; Império Turco-Otomano.

DECISÕES DA CONFERENCIA DE BERLIM

A primeira decisão na conferência foi a de tornar o Rio Congo e seus afluentes uma área de livre navegação e comercialização para as nações europeias. Toda a região costeira do Congo também foi declarada área de livre comércio.

A conferência estabeleceu que as terras a leste do Congo, que iam até o Oceano Índico, só poderiam ser colonizadas pelos europeus quando as populações locais, por meio de seus governos, autorizassem.

Mapa mostrando a região da África que motivou o encontro dos líderes de diversos países na Conferência de Berlim.

Em branco, a região central da África que foi objecto de debate entre os membros da conferência de Berlim. A Bacia do Congo aparece circulado de rosa.

O sétimo artigo da Conferência de Berlim estabeleceu que a escravidão deveria ser reprimida por todas as nações europeias, assim como estas deveriam permitir que os povos nativos mantivessem suas tradições culturais, inclusive suas crenças religiosas.

A conferência, ainda, decidiu que a posse de futuras colônias ocorreria pelo princípio *uti possidetis*, pelo qual a posse pertenceria ao país que, de fato, colonizasse a região. A decisão desagradou a Portugal, que defendia o princípio da posse histórica do território.



África depois da conferencia de berlim

CONSEQUÊNCIAS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM

A Conferência de Berlim não conseguiu atingir os objetivos que levaram a sua criação estabelecer critérios para a colonização da África e promover a paz entre as nações europeias.

Muito pelo contrário, o princípio da posse de futuras colônias pelo *uti possidetis* levou a uma verdadeira corrida dos países europeus em busca de novos territórios da África. Apenas 20 anos após a Conferência de Berlim, quase toda a África estava sob o controle deles.

As disputas na África e Ásia cresceram e as grandes potências formaram alianças militares. Dessa forma, foram formadas a Tríplice Aliança, entre Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália; e a Tríplice Entente, formada pelo Reino Unido, França e Rússia.

De forma concomitante à conquista da África, houve uma corrida armamentista, com novas tecnologias sendo criadas para a guerra e o aumento das tropas. As condições estavam postas para a guerra. Para a maior parte dos historiadores, a disputa imperialista entre as nações europeias foi a principal causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial foi o conflito ocorrido entre 1914 e 1918 e que deixou milhões de mortos, principalmente no continente europeu. O imperialismo, a política de alianças, a corrida armamentista, o revanchismo francês e o nacionalismo exacerbado são apontados como as principais causas da Primeira Guerra Mundial. O atentado de Sarajevo, em que o herdeiro da Áustria-Hungria foi assassinado por um militante sérvio, é considerado o estopim da guerra.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O período entre o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871) e o início da Primeira Guerra Mundial é conhecido como “Bela Época”, período caracterizado por grande desenvolvimento económico, tecnológico e cultural, sobretudo na Europa, Estados Unidos e Japão. É nesse período que foram inventados o automóvel, a bicicleta, o avião, o telégrafo sem fio, o telefone e a lâmpada elétrica de Thomas Edison.

Nas grandes cidades europeias a actividade cultural foi efervescente, com óperas, teatros, livrarias, tabacarias, cafés e outros espaços se tornando comuns nas paisagens urbanas. A Bela Época também foi um período de relativa paz entre as nações europeias, algo que não acontecia há séculos.

Mas, concomitantemente à Bela Época, ocorria um fenómeno que os historiadores chamam de “Paz Armada”. Os impérios europeus aumentaram seus exércitos e o investimento na compra e desenvolvimento de novos armamentos. Também ocorreu no período uma política de alianças, onde os principais países da Europa e Ásia se dividiram em duas alianças militares.

O nacionalismo era forte nesse momento, assim como o militarismo e uma espécie de darwinismo social, em que as nações acreditavam que competiam umas com as outras e que, para sobreviverem à selecção da história, deveriam crescer e até mesmo eliminar seus concorrentes.

CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O imperialismo foi o principal motivo da Primeira Guerra Mundial. Com a segunda fase da Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro, houve grande procura por fontes de matérias-primas, fontes de energia e mercado consumidor. Os grandes impérios buscaram esses recursos e mercados principalmente na África e na Ásia.

Em um primeiro momento houve acordos entre as nações imperialistas, como a Conferência de Berlim, que dividiu o território do continente africano entre as nações europeias. Mas, com o passar do tempo, os conflitos entre os impérios por causa de colónias africanas e asiáticas se acirrou e foi um dos grandes causadores da batalha mundial.

Outros motivos importantes causaram a Primeira Guerra Mundial, como a política de alianças que ocorreu a partir do terceiro quarto do século XIX. A corrida armamentista e o fortalecimento dos militares nos governos do período também foram importantes factores relacionados ao início da guerra.

A corrida armamentista ocorrida durante a Bela Época empregou boa parte dos inventos da segunda fase da Revolução Industrial na indústria bélica, que também ampliou a capacidade de produção de armas. O avião, os tanques de guerra, o lança-chamas, os encouraçados, submarinos, armas químicas, metralhadoras, artilharia de longo alcance e diversas outras tecnologias bélicas foram utilizadas em grande escala na Primeira Guerra Mundial. Essas tecnologias foram responsáveis por uma quantidade de mortos jamais vista na história humana.

O revanchismo francês foi outro factor que levou à guerra. A França perdeu a região da Alsácia e Lorena para os alemães na Guerra Franco-Prussiana, e era para os derrotados uma questão de honra retomar as regiões perdidas. O nacionalismo exacerbado estava no dia a dia das nações que participaram do início do conflito mundial, existindo no período o pangermanismo, que pretendia unir os povos de origem germânica em um único território, e o pan-eslavismo, que pretendia o mesmo com os povos de origem eslava.

PAÍSES PARTICIPANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Os países que lutaram na Primeira Guerra Mundial estavam divididos em dois blocos. Faziam parte das Potências Centrais:

- ⇒ Império Alemão;
- ⇒ Império Austro-Húngaro;
- ⇒ Império Turco-Otomano;

Do outro lado do conflito tivemos os países da Entente, aliança formada inicialmente pela:

- ⇒ França;
- ⇒ Reino Unido;
- ⇒ Rússia.

Durante o conflito diversos países aderiram à Entente, entre eles a Itália, China, Estados Unidos, Brasil e diversos outros. Vale lembrar que os grandes impérios recrutaram a população de suas colónias para que participassem, dessa forma boa parte dos actuais países africanos e asiáticos também participou da guerra.

FASES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A primeira fase é chamada de “guerra de movimento”. De Agosto de 1914 até novembro do mesmo ano a Alemanha fez grande ofensiva na frente ocidental, conquistando a Bélgica e territórios franceses até chegar a cerca de 50 quilômetros de Paris. Na frente oriental tropas das Potências Centrais também se movimentaram nesse período, capturando territórios do Império Russo. Em novembro de 1914 o avanço das Potências Centrais cessou por causa das trincheiras na França e na Rússia.

A segunda fase da guerra vai de novembro de 1914 até março de 1918 e é conhecida como “guerra de posições”. Milhares de quilômetros de trincheiras foram escavados em duas frentes de batalha principais, a ocidental e a oriental.

A tática utilizada na guerra de trincheiras consistia em um pesado bombardeio de artilharia nas trincheiras inimigas, alguns dos quais duravam dias. Logo depois do bombardeio a infantaria atravessava a terra de ninguém rumo às trincheiras inimigas. As metralhadoras e a artilharia favoreciam os defensores, o que causava imensas perdas nas tropas.

Quando o exército invasor conquistava a trincheira dos inimigos, estes recuavam, às vezes alguns metros, e construíam novas trincheiras. Esse tipo de guerra provocava grande número de mortes e poucas conquistas territoriais. Em Verdun, por exemplo, os alemães tentaram uma ofensiva que durou quase dez meses, com mais de 300 mil soldados mortos na batalha, e o avanço das trincheiras em menos de dez quilômetros.

Mesmo sem combates as trincheiras provocavam mortes pelas más condições, como frio, calor, chuva, neve, entre outras intempéries. A fome era constante, assim como diversos parasitas como piolhos e pulgas.

A proximidade dos soldados e o sistema imunológico enfraquecido pela fome e desidratação favorecia a proliferação de doenças. Basta lembrar que no ano final da guerra as trincheiras ajudaram a proliferar a Gripe Espanhola, que se tornou uma pandemia que matou mais de 30 milhões de pessoas no pós-guerra.

Soldados franceses em ataque às trincheiras alemãs na Batalha de Verdun, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

Soldados franceses em ataque às trincheiras alemãs na Batalha de Verdun, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

O ano de 1917 marcou uma reviravolta na guerra, com a saída da Rússia após passar por uma revolução e a entrada dos Estados Unidos, o que também levou o Brasil para o conflito. A entrada da maior potência industrial na guerra derrubou o equilíbrio das forças em combate, e, a partir de março de 1918, as tropas da Entente iniciaram o avanço sobre as trincheiras e territórios

que estavam nas mãos das Potências Centrais. O avanço durou até 11 de novembro de 1918, quando a Alemanha assinou sua rendição. A Primeira Guerra Mundial terminou dessa forma.

CONSEQUÊNCIAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A primeira grande consequência da guerra foram as perdas humanas e seus impactos na economia dos países envolvidos no conflito. As estimativas variam, mas a maioria dos pesquisadores aponta cerca de 8,5 milhão de militares mortos no conflito e cerca de 10 milhões de civis.

Além das perdas humanas, houve grande perda de infraestrutura, como estradas, ferrovias, hidrelétricas, hospitais, habitações, entre tantas outras. No fim da guerra mais um mal se abateu sobre todo o planeta, a pandemia de Gripe Espanhola, que, apesar do nome, provavelmente se originou nos Estados Unidos. O retorno de milhões de soldados para suas casas após o conflito ajudou na disseminação da doença pelo planeta.

Outra consequência da guerra foi o Tratado de Versalhes, assinado em 1919. Apesar do nome, ele foi imposto aos países derrotados. Pelo tratado, os alemães perderam suas colônias na África, parte do próprio território e foram obrigados a pagar pesadas indenizações de guerra aos vencedores. A Alsácia e Lorena passou para o controle francês.

A CRISE DO CAPITALISMO E OS REGIMES TOTALITÁRIOS

A CRISE DE SUPERPRODUÇÃO (1929)

Os Estados Unidos alcançaram grande expansão depois da Primeira Guerra Mundial. Exportavam produtos industrializados para a Europa e para outras partes do mundo. A euforia capitalista criou o american way of life.

Com o fim da guerra (1918), os países europeus voltaram a organizar sua estrutura produtiva e reduziram suas importações dos Estados Unidos. No entanto, a produção norte-americana continuava a crescer. Surgiu, então, uma crise de superprodução. O grande marco da crise foi a queda das ações na Bolsa de Nova Iorque (1929). O mundo inteiro sofreu reflexos da crise.

OS ESTADOS UNIDOS E A POLÍTICA DO NEW DEAL

Para recuperar-se da crise de 1929, o governo norte-americano de Franklin Roosevelt implantou o New Deal – conjunto de medidas que buscava conciliar o respeito pela iniciativa privada com a intervenção do Estado na economia.

AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA CRISE CAPITALISTA

- Houve o recuo das idéias liberais em diversos países do mundo. Fortaleceram-se as atribuições do poder Executivo.
- Surgiu todo um clima para o avanço de regimes totalitários.

O FASCISMO NA ITÁLIA

A crise socioeconómica na Itália e o medo da expansão do socialismo abriram espaço para a ascensão de Mussolini e para a estruturação do Partido Fascista.

O governo de Mussolini teve duas grandes fases:

- Consolidação do fascismo (1922 a 1925);
- Ditadura fascista (1925 a 1939).

O NAZISMO ALEMÃO

A crise socioeconómica alemã, os protestos dos trabalhadores contra o governo, o medo do socialismo e a humilhação nacional alemã com as obrigações impostas pelo Tratado de Versalhes destacam-se entre as principais causas que propiciaram a ascensão do nazismo, liderado por Adolf Hitler.

Hitler chegou ao poder em 1933, ocupando o cargo de chanceler do Estado alemão. AS organizações nazistas foram vigorosamente estruturadas, e eliminaram-se brutalmente as oposições políticas. Em 1933, o Partido Nazista foi declarado o partido único da Alemanha. Com a morte de Hindenburg, em agosto de 1934, Hitler assumiu também a presidência do país.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

OS PASSOS PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

- ⇒ Os países vencedores da Primeira Guerra (1914-1918) impuseram medidas sufocantes aos vencidos principalmente à Alemanha, expressas no Tratado de Versalhes.
- ⇒ A Liga das Nações era um organismo impotente para preservar a paz. Não contava com a participação de grandes nações, como URSS e EUA.
- ⇒ Japão, Itália e Alemanha estavam decididos a modificar a situação mundial, através de uma política internacional agressiva.
- ⇒ Expansionismo japonês: invasão da Manchúria (1931); guerra contra a China (1935).
- ⇒ Expansionismo italiano: invasão da Etiópia (1935). Ocupação da Albânia (1939).
- ⇒ Expansionismo alemão: ocupação de Renânia (1936); anexação da Áustria (1938); ocupação da Tchecoslováquia (1938); invasão da Polônia (1939).
- ⇒ Pouco depois da invasão alemã na Polônia, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Era o início da Segunda Guerra Mundial.

PRINCIPAIS FASES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Primeira etapa – a guerra na Europa (1939 a 1941): rápida ofensiva nazista (Blitzkrieg). Os alemães conquistaram Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França. No norte da África, as tropas alemãs e italianas obtiveram significativas vitórias sobre os ingleses, ameaçando a dominação britânica no Egito.

Segunda etapa – a guerra no mundo (1942 a 1945): entrada da União Soviética e dos Estados Unidos no conflito. As potências aliadas reuniram forças para derrotar as potências do Eixo. A Alemanha foi obrigada a recuar na frente russa e na frente ocidental, até sua rendição final em Maio de 1945. Dois meses depois, deu-se a rendição japonesa, depois da explosão das bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki.

As consequências da Segunda Guerra Mundial

- ⇒ Armas e vítimas: enorme avanço das técnicas militares, provocando cerca de 55 milhões de mortos e 35 milhões de feridos.
- ⇒ Divisão das Alemanhas: República Democrática Alemã (influência da URSS) e República Federal Alemã (influência dos EUA).
- ⇒ Fundação da ONU – Organização das Nações Unidas: criada em junho de 1945, tendo como objetivo básico manter a paz e a segurança internacional.

- ⇒ Ascensão dos EUA e da URSS: esses países tornaram-se líderes, respectivamente, do bloco dos países capitalistas e do bloco dos países socialistas. Iniciou-se a guerra fria.
- ⇒ Formação de alianças resultantes do conflito Leste-Oeste: OTAN e Pacto de Varsóvia.
- ⇒ Corrida armamentista: assombroso desenvolvimento das armas nucleares, que, se fossem acionadas hoje, provocariam a completa destruição do planeta.

O BLOCO CAPITALISTA

Encontra-se, no bloco capitalista, um privilegiado núcleo de países ricos e desenvolvidos: EUA, nações da Europa Ocidental e Japão.

A actuação dos Estados Unidos no pós-guerra

- ⇒ Os Estados Unidos assumiram o papel de “guia do mundo ocidental”, de defensores do capitalismo contra as “agressões” comunistas.
- ⇒ Presidentes dos Estados Unidos: Harry Truman (formulou o Fair Deal e a Doutrina Truman);
- ⇒ Eisenhower (período áureo do marcarthismo, elaboração da Doutrina Eisenhower); John Kennedy (criação da Aliança para o Progresso, crise dos mísseis, lançamento do programa Nova Fronteira);
- ⇒ Lyndon Johnson (formulou o Great Society, ampliou o envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã, escândalo de Watergate); Jimmy Carter (defesa internacional dos direitos humanos, grande crise
- ⇒ econômica interna);. Ronald Reagan (recuperação econômica dos Estados Unidos, política internacional agressiva, investimentos gigantescos em grandes projetos militares).

O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS

- ⇒ Imperialismo: variadas formas de dominação exercidas por uma grande potência, tendo como principal objetivo assegurar reservas de mercado e exportação de capitais.
- ⇒ A política imperialista está diretamente associada aos interesses das gigantescas empresas multinacionais e às poderosas instituições financeiras dos países centrais.
- ⇒ Elementos fundamentais do imperialismo: exploração econômica e controle político.

- ⇒ A dominação cultural é importante elemento entre os mecanismos de ação do imperialismo.

A EUROPA OCIDENTAL

- ⇒ Os países da Europa Ocidental pertencem ao bloco capitalista. Tendência para a construção de Estados para “o bem-estar social”.
- ⇒ Integração européia: EURATOM (utilização pacífica da energia atômica) e MCE (Mercado Comum Europeu).

O JAPÃO

- ⇒ O país foi reconstruído no pós-guerra sob a influência direta dos Estados Unidos. O objetivo norte-americano era fazer do Japão um lugar seguro para operações capitalistas na Ásia.
- ⇒ Em 1952, o Japão recuperou sua soberania: o país estava inteiramente transformado pelo projeto de desenvolvimento capitalista. O Japão transformou-se, nos últimos trinta anos, numa das mais importantes nações industrializadas do mundo (milagre japonês).

O BLOCO SOCIALISTA

Entre os países do bloco socialista, destacam-se a URSS, a China Popular e Cuba.

A UNIÃO SOVIÉTICA

- ⇒ Período stalinista: reconstrução da URSS após o término da Segunda Guerra Mundial, expansão do aparelho burocrático do Estado, repressão política e culto à personalidade de Stalin, que se tornou o supremo ditador da URSS.
- ⇒ Período de Nikita Krushev: política desestalinizante, pregação da coexistência pacífica, conflito com a China.
- ⇒ Período de Brejnev: continuidade na política de ênfase ao desenvolvimento das indústrias de base, tentativas de distensão das relações internacionais, reforços nos arsenais bélicos. Brejnev foi sucedido por Andrópov, que governou por dois anos, e por Tchernenko, que governou por breve período.

- ⇒ Período de Gorbatchev: os objetivos são renovar o sistema produtivo, renovar os quadros dirigentes e estimular uma política de distensão das relações internacionais. Com a perestroika e a glasnost, busca-se uma renovação do socialismo em termos económicos e políticos.

A EUROPA CENTRO-ORIENTAL

- ⇒ Depois da Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Centro-oriental passaram a integrar o bloco dos nações socialistas.
- ⇒ Para solidificar a aliança entre URSS e os países da Europa Centro-Oriental, foram firmados pactos de cooperação e amizade: COMERCON e Pacto de Varsóvia.
- ⇒ As resistências contra a ordem socialista foram sufocadas pela URSS. Exemplo: Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968).
- ⇒ Com a perestroika, os ventos da democracia tomaram conta da Europa Centro-oriental. Os regimes comunistas foram derrubados. Há uma tendência de incorporação da economia de mercado.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

- ⇒ Em 1949, depois de longa guerra civil, as forças comunistas lideradas por Mão Tse-tung implantaram a República Popular da China. Chiang Kai-shek foi derrotado e refugiou-se na Ilha de Formosa (fundação da China Nacionalista).
- ⇒ A partir de 1958, a China Comunista entrou em choque com a URSS. E, aos poucos, aproxima-se dos Estados Unidos.
- ⇒ Mao Tse-tung morreu em 1976. Os novos dirigentes chineses, liderados por Deng Xiaoping, empenham-se na modernização do país.

O TERCEIRO MUNDO

A SITUAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO

Terceiro Mundo: cerca de 120 países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento espalhados pela África, pela Ásia e pela América Latina. Mora no Terceiro Mundo mais da metade da população mundial, que detém apenas 6% da renda do mundo.

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E DA ÁSIA

Depois da Segunda Guerra, acelerou-se o processo de emancipação política (descolonização) dos diversos países da África e da Ásia. Conforme o caso, a descolonização deu-se pela via pacífica (acordos com as metrópoles) ou através da violência (guerra entre a colônia e a metrópole).

ORIENTE MÉDIO

Grande foco de tensão internacional entre árabes e israelenses. Um dos principais motivos da permanência das hostilidades na região é a não-solução do problema palestino.

AMÉRICA LATINA

- ⇒ O continente latino-americano constitui uma tradicional área de influência dos Estados Unidos.
- ⇒ Quadro político actual da América Latina: as ditaduras latinas chegaram ao fim. O continente vive um período de democratização. Cuba permanece como um caso isolado: país socialista de partido único.

A DÍVIDA EXTERNA DO TERCEIRO MUNDO

Um dos maiores problemas que afectam os países do Terceiro Mundo, especialmente os da América Latina, é o acentuado endividamento externo.

Organismos internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, procuram impor aos países devedores rígidas políticas de ajustamento económico. Essa política de ajustamento tem uma dura face social: repercute gravemente sobre salários, inflação e desemprego, gerando a recessão económica.

HISTÓRIA DE AFRICA

PROPOSTA DE PERIODIZACAO DE HISTORIA DE AFRICA

PRÉ-HISTORIA DE ÁFRICA

- ⇒ 1,8 milhões AP: surgimento do Homo erectus, que usava roupas de pele, fazia fogo e fabricava diversos tipos diferentes de ferramentas de pedra;
- ⇒ 200 mil AP: surgimento do Homo sapiens, nossa própria espécie, o primeiro homínídeo a enterrar os mortos e a deixar registros de sua vida mental em cavernas e rochas;
- ⇒ 10.000 a.C. a c. 6.000 a.C: umidificação do Saara possibilita o surgimento de um modo de vida sedentário baseado na pesca na região entre o lago Chade, o rio Nilo e os grandes lagos; invenção da cerâmica na região do Saara úmido;
- ⇒ 5.000 a.C: ressecamento do Saara provoca grandes movimentos populacionais em direção ao vale do Nilo, ao lago Chade e ao Sael;
- ⇒ 5.000 a.C. a c. 3.500 a.C: surgimento da agricultura no planalto da Etiópia; difusão de culturas no vale do Nilo a partir do Oriente Médio.

HISTÓRIA ANTIGA (EGITO, NÚBIA, ETIÓPIA E LITORAL MEDITERRÂNEO)

- ⇒ 3.500 a.C: surgimento combinado da urbanização, da escrita e do Estado no Egito;
- ⇒ Séc. VIII a V a.C: fundação de colônias fenícias (Cartago) e gregas (Cirene) no litoral mediterrâneo;
- ⇒ Séc. II a.C: conquista romana do norte da África.

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

CRONOLOGIA ÁFRICA

- ⇒ 3.500 a.C. a séc. X d.C: difusão gradual da agricultura e da urbanização
- ⇒ Séc. III: introdução do camelo no Saara possibilita o comércio transaariano;

- ⇒ Desenvolvimento de Estados e cidades-Estado comerciais no Sahel e ao longo do rio Niger (Gana, Djenné, Timbuctu, Gaô, Tadmeka, Takkeda);
- ⇒ Séc. VII: conquista islâmica do norte da África início de um comércio de longa distância entre a costa do Índico e a África Central;
- ⇒ Séc. VII a XII: infiltração do Islamismo através do comércio na África Ocidental e Oriental;
- ⇒ Criação de uma série de Estados baseados no comércio transaariano (Songhai, Tacrur, Mali);
- ⇒ Surgimento e consolidação de um tráfico de escravos através do Saara em direção ao mundo islâmico e, em menor grau, à Europa cristã [ver tráfico de escravos, Saara];
- ⇒ Estabelecimento de rotas de comércio de longa distância entre o litoral do Índico e zonas agrícolas, pastoris e mineiras no interior da África Central;
- ⇒ Surgimento de Estados e cidades-Estados ao longo dessas rotas (Mapungubwe, Zimbabwe, Mwene Mutapa)
- ⇒ Séc. XIII: surgimento de grandes Estados na África Central, ligados à introdução da metalurgia (Kongo, Matamba, Ndongo) ou ao comércio de cobre (Luba, Lunda);
- ⇒ Séc. XIII a XV: expansão militar de Estados comerciais dá origem aos "impérios" da África Ocidental (Mali, Songhai);
- ⇒ A escravidão começa a ser utilizada na África Ocidental para a produção de mercadorias;
- ⇒ Séc. XIV: portugueses navegam na costa ocidental africana e estabelecem-se nas ilhas atlânticas (Madeiras, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe);
- ⇒ Início de um pequeno comércio marítimo de escravos em direção à Europa;
- ⇒ Séc. XV: portugueses chegam ao oceano Índico contornando a África;
- ⇒ Emprego de escravos nas ilhas portuguesas para a produção de tecidos que, por sua vez, são trocados por ouro e mais escravos na África Ocidental e Central;
- ⇒ Séc. XVI: início do tráfico de escravos para as Américas;

- ⇒ Ascensão dos Estados litorâneos da África Ocidental envolvidos no comércio de escravos;
- ⇒ Séc. XVII a XVIII: ampliação do volume do tráfico transatlântico de escravos e da magnitude dos conflitos provocados na África por domínio de rotas comerciais ou visando à captura de grandes quantidades de cativos;
- ⇒ Aumento lento, mas contínuo, da presença europeia ao longo do litoral africano;
- ⇒ Séc. XIX: abolição gradual do tráfico de escravos;
- ⇒ Aumento da utilização comercial de escravos na África para a produção de mercadorias destinadas ao tráfico "legítimo" com a Europa e as Américas;
- ⇒ Intensificação do tráfico de escravos através do Índico com direção ao mundo islâmico;
- ⇒ 1884 a 1885: Conferência de Berlim;
- ⇒ 1880 a c.1920: conquista militar europeia;
- ⇒ 1910 Inglaterra concede a independência à minoria branca na África do Sul;
- ⇒ 1920 a 1960: domínio colonial;
- ⇒ 1949 a 1971: implantação progressiva do regime de segregação racial (apartheid) na África do Sul;
- ⇒ 1945 a c.1960: formação de sindicatos, associações, partidos políticos e grupos armados africanos empenhados na luta pela independência.

PERÍODO PÓS-COLONIAL

- ⇒ 1955 a 1965: independência da maior parte dos países africanos;
- ⇒ 1961 a 1974: guerras de libertação nas colônias africanas de Portugal;
- ⇒ 1965: minoria branca da colônia inglesa da Rodésia do Sul promove uma “declaração unilateral de independência” e instaura um regime de segregação racial
- ⇒ 1974 a 1975: independência das colônias africanas de Portugal

- ⇒ 1980: a Rodésia do Sul passa a se chamar Zimbabwe com o fim do regime de segregação racial
- ⇒ 1989: o Sudoeste Africano passa a se chamar Namíbia com o fim da ocupação ilegal pelo regime sul-africano
- ⇒ 1994: fim do sistema de segregação racial, apartheid, na África do Sul.

AS SEIS PROVAS QUE COMPROVAM A VALIDACAO DE QUE AFRICA É O BERÇO DA HUMANIDADE SAO:

1. África é o primeiro lugar e o único onde verificou se a maior concentração de habitantes que não existem em nenhuma outra parte do mundo.
2. Na africa foi onde foram encontrada a maior quantidade de restos de utensilios ao lado daqueles fosseis.
3. A evolucao técnica e económica do homem, visível apartir dos rudimentares seixos trabalhados até ao complexos e aperfeissoados bifaces.
4. É possível fazerem-se algumas inferências sobre a organização social e tamanho de grupos e hábitos económicos.
5. As mais antigas industrias líticas de bifaces encontrados na Europa e na Asia tinham se originado a partir de migrações de grupos humanos de africa que fabricavam estes utensilios.
6. A complexificacao de tipos de instrumentos, havendo testemunho em abundância em todo mundo. Com base nisso, não seria de todo incorrecto afirmar que a africa tenha sido também o foco da disseminacao das primeiras actividades técnicas e económicas, principalmente ligadas a primeira industria.

JEAN VANSINA E HAMADOU HAMPATE BA

Para validar as fontes orais para elaboração da historia de África ahmadou hampate ba e jan vansina argumentam que com escassez das fontes escritas em África o historiador serve se de fontes orais que são credíveis por se tratar de experiencias vividas e que as fontes orais dão origem as fontes escritas, ou seja, quando o historiador escreve primeiro faz dialogo oral sozinho e ainda argumenta que se deve fazer o mesmo questionar o testemunho e for único e os dados

colectados na oralidade deve ser comparados com as da observação isto e, o historiador depois de questionar o testemunho sobre um determinado local ou deve fazer uma observação e comparar dados colectados.

AS EVIDENCIAS QUE PROVAM A EXISTÊNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE A ESCRITA EGÍPCIA E ALGUNS POVOS DA ÁFRICA NEGRA : OBENGA

A carta do faraó Pepi 2 ano 2370 ac. Herkhouf de uma espedicao económica a região de grandes lagos.

A rainha Hatshepsut (1504 a 1483) ac. Enviou no seu reinado uma espedicao a região de Punte.

Obenga sustenta que a escrita egípcia atravessou as suas três formas de escrita: a Hieroglífica, Hierática e demótica, que por meio de comparados permitiu a decifração de várias formas de escrita das línguas de povos africanas ao sul do saara.

Ainda avança que em vários pitogramas são notáveis analogias com os Egípcios. exemplo: a escrita Gicondi- sistema idiográfico utilizado no Kikuyu do Quênia.

Os pitogramas Nsibidi do território dos Efik deste do nordeste da Nigéria.

A escrita Mende do sul da serra Leoa.

A escrita Loma do norte da Libéria.

Os signos da escrita das proximidades da Mucrovia.

A escrita Bamum dos Camarões.

Os Hieróglifos Dogon, Bambara e Bozo na África ocidental.

ROTAS TRANSSAARIANAS

Falando das rotas transsaarianas, registam-se os estados de Maghreb que são Egipto, Tripolitânia, a Cirenaica, e Fezzan (actual Líbia), Al- Djaza'ir (que constitui actualmente Argélia), Tunísia e Marrocos, esses são os estados de Maghreb. Os magrebinos eram da religião Islâmica por isso eram chamados afro – árabes.

E os intermediários que vinham nas florestas em busca de produtos que trocavam com eles, eram chamados Wangaras, os africanos convertidos por esses Islâmicos.

No ocidente temos Sudão ocidental (Gana, Mali, Songai), Sudão central (estados Haussa e Kane-Burnu) e Sudão Oriental (Uri, Darfurri, Kordofam, Wadai, Baguirme e Núbia).

Swahili

Fontes da elaboração da sua história

Fontes escritas registam se que as antigas que fazem referenciam directas a costa oriental da África o testemunho de estrabão (29 a.C. a 9 d.C.) que faz referências sobre comércio da região do mar vermelho e do oceano indico, e de Plínio (23 a 79 d.C.) que faz descrições sobre comércio e navegação do oceano indico. As fontes escritas mais importante sobre comercio do indico é o périplos mares erythrael (périplo do mar da eritreia), um testemunho ocular aparentemente por um grego desconhecido no Egito, outro documento importante sobre o indico é a obra de geografia de Claudis Ptolomeu (156 d.C.), que denota o desenvolvimento no conhecimento do indico e da costa oriental africana.

Fontes numismáticas fontes numismáticas confirma grande parte dos relatos das fontes escritas e permitem avaliar o volume do comercio internacional exercido na zona, o achado mais antigo no quadro dessas fontes foram (6 moedas encontradas em Kimoni, ao norte de Tanga, Estas descobertas cobre o período compreendido entre os séculos III e XII d.C., a segunda descoberta foi uma moeda de ouro de Ptolomeu Sóter (116 a 108 a.C.), depôs de 1995 foram descobertas diversas colecções que se encontraram no museu no Zanzibar: a primeira é composta por cinco moedas persas cujas datas compreendem o período entre século I e III d.C., a segunda e a terceira colecções foram descobertas no zanzibar e em pemba e compreendem datas que cobrem o período de século II a IV d.c.

Comercio antes do século VII comércio na costa oriental de África conta com a existência de três ambientes geográficos em torno do oceano indico, a floresta do sudeste que cobre as costas do Kenya, da Tanzânia de Moçambique e do Madagáscar a região intermediaria desértica que se estende do corno de África e passa pelo médio oriente ate a bacia do indico e a floresta do sudoeste que vai desde a índia ate a indonésia.

A existência de cidades mercados com chefias próprias mostram também que a costa oriental era politica e economicamente unificada, cada cidade para além de ter sua estrutura politica dependia de uma região interior de onde obtinha as mercadorias de exportação, algumas cidades existentes são: **Sarapion, Niko, Ilhas pylaream** (fornecia carapaças de tartarugas e se dedicavam a pesca),

Rhapta (situada entre pengani e Dar-es-salam e que se dedicavam a exportação de marfim, presas de rinocerontes, óleo de coco, carapaça de tartaruga), **pemba e zanzibar**, mas tarde surgem na costa da Somália a cidade porto de **Es Sina**, este estado oferecia artigos de ferro como lanças punhais, artigos de vidros, vinho e trigo.

Comercio depois do século VII

O comércio estava dividido em 3 partes: Comercio com estrangeiros, entre os assentamentos costeiros e o comércio com o interior.

Comercio com estrangeiros – era feito com os Árabes, Persas, índios e indonésios, onde exportavam o marfim as escamas de tartaruga, o âmbar-gris, o incenso, as especiarias, os escravos, o ouro, ferro e outros, entre os séculos VII a X. Os produtos importados eram as cerâmicas (islâmicas e chinesas), os estofos, as pérolas e o vidro. A maior parte das importações sobretudo em Gedi eram a fiança azul e verde, assim como a porcelana da China amarela e preta, verde céladon, azul e branca.

Comercio entre os assentamentos costeiros: afirmam ainda que as grandes cidades eram mais voltadas para o comércio marítimo estrangeiro que as pequenas que viviam sobretudo da agricultura e da pesca, por isso podemos supor que as interações entre os assentamentos eram frequentes, verificou-se um afluxo de trocas entre Kilwa e outras cidades importantes como manda.

Comercio com interior – nessa época os povos costeiros não se aventuravam para fazer o comércio com o interior, mas sim a transmissão dos bens de um povo para outro graças a trocas sucessivas sem encaminhar caravanas.

Cidade estados: Marka, Brava, Mombaça, Ungudja, Kilwa, Mogadíscio, Lamu, Zanzibar, Sarapion, Niku, Ilhas Pylaream, Sofala, Pemba.

O papel das monções para viagens marítimas e para desenvolvimento das cidades-estados

A monção de nordeste sopra de uma maneira continua e chega ao zanzibar mas a sua intensidade decresce para o solo e raramente é regular alem de cabo delgado tal sistema de circulação é reforçado pela corrente equatorial, que após atingir a costa arábia dessa forma Os barcos árabes

podiam deixar portos de origem no fim de Novembro, mais a maioria no começo de Janeiro quando a monção estava plenamente configurada, a viagem demorava 25 dias.

Em Março a monção declina mas cedo no sul, em Abril o vento reverte transformando se na monção do sudoeste agora a corrente equatorial atinge a costa próxima de cabo delgado e se divide numa forte corrente que se dirige para o norte facilitando a viagem nessa direcção e uma que flui para sul dificultando a saída de canal de Moçambique.

Cada cidade mercado possuía seu próprio chefe, muitas vezes subordinado a uma cidade ou a um porto árabe, esses chefes e seus súbditos indígenas negociavam e estabeleciam com eles laços de parentescos através de casamentos.

Consequências económicas, políticas, sócio-culturais, e religiosas

O avanço do comércio entre países do oceano Índico começou a afluir sobre o desenvolvimento político e social dos povos costeiros de língua bantu e teve como consequência a maior abertura de alguns assentamentos costeiros ao comércio com o estrangeiro.

Na civilização da África Oriental havia cidades que eram unidades administrativas, capitais de pequenos estados dirigidos por dinastias muçulmanas locais. Sendo o melhor centro de Kilwa, conhecido como sede administrativa de uma dinastia. Havia também mitos semelhantes mas permanecia a questão sobre a origem da camada dirigente que constituía um grupo social rico e islamizado. A transmissão do poder era feita segundo a regra de ndugo (mesma geração) da mesma linhagem; ou a de ngundo (acessão ao poder através do casamento com a filha do chefe local), e esta não foi um fenómeno exclusivo de Paté e Kilwa mas sim predominou em todo o litoral.

O NASCIMENTO DA ECONOMIA-MUNDO

A economia-mundo – deve ser compreendida como uma articulação económica de carácter preponderantemente comercial que emergiu a partir do século XVI entre a Europa, Ásia, a América e a África. O seu centro é a Europa Ocidental que estabeleceu, desde cedo, relações de comércio a seu favor através de trocas desiguais, da imposição da especialização da produção, de regimes monopólios comerciais e das dominações políticas directas.

A articulação económica mundial que tomava o nome de economia-mundo fez com que diversas áreas envolvidas acabassem por se especializar, passando a produzir não para os seus mercados internos, mas para abastecer a Europa Ocidental. A América e a África, desde que emergiu o fenómeno, transformaram-se em meras unidades produtoras que realizavam a primeira etapa do ciclo económico que é a produção de matérias-primas, que era complementada na Europa Ocidental com a transformação, distribuição e consumo.

O novo sistema económico constitui dois sistemas coloniais: o do Oriente e o do Ocidente. Também reduziu à condição de periferia a Europa Central, a Oriental e a Mediterrânea.

SISTEMA COLONIAL ORIENTAL

O Sistema Colonial Oriental fez-se sentir na área geográfica banhada pelo oceano Índico, nomeadamente, as regiões costeiras da Índia, da Birmânia, da Península Malaia, da Indonésia e das Filipinas.

O principal vínculo das relações económicas entre a Europa e o Oriente gravitava em volta do comércio de especiarias. O comércio de especiarias era muito lucrativo devido ao seu alto valor unitário e sua crescente procura. A viagem de Vasco da Gama, por exemplo, teve lucros calculados em 6000% sobre o capital investido. O consumo da pimenta, principalmente, não parou de crescer: passou de 3600 toneladas anuais no século XV, para 6000 no século XVI, e cerca de 9000 no século XVII. Para além das especiarias, o comércio oriental fornecia diamantes, pérolas, seda chinesa, tecidos de algodão, tapetes, salitre e porcelana.

O contacto directo com o Oriente não resolveu o problema da almejada recuperação do mental perdido durante séculos, devido aos padrões de trocas na Ásia que ainda continuavam a se basear na transação de especiarias por metais preciosos, principalmente a prata. Acresce-se aqui o facto de que a Europa não tinha nenhum produto imprescindível para oferecer às economias orientais, o que fazia com que a prata, de que a Europa carecia, continuasse a constituir a principal moeda de troca. Este aspecto não foi totalmente percebido até ao século XVIII. O resultado foi a descapitalização progressiva dos Estados directamente envolvidos nesse comércio, principalmente Portugal e Holanda.

O Sistema Colonial Oriental divide-se em duas fases distintas: primeiro, a do monopólio português, que data do século XVI e, segundo, a fase da competição anglo-franco-holandesa, que data do século XVII.

Primeira fase do sistema oriental

Nesta fase os portugueses detinham o monopólio do fornecimento de produtos orientais à Europa, por intermédio de uma rede de apoio constituída por feitorias localizadas ao longo das costas banhadas pelo oceano Índico: *Diu (1509), Goa (1510), Malaca (1511) e Ormuz (1515), na Ásia e Sofala (1505), Ilha de Moçambique (1507) e Quelimane (1544), na costa oriental de África.* Cada uma dessas feitorias dispunha de uma esquadra militar que, entre outras missões, encarregava-se de expulsar os mercadores árabes da sua área de acção. As feitorias localizavam-se em geral, nos pontos terminais das rotas tradicionais e asseguravam o embarque das mercadorias.

Eram exercidas duas formas de trocas: a troca em terra e a troca ao largo.

A troca em terra – consistia em as populações do interior trazerem o ouro para a costa onde o entregavam às populações intermediárias da costa, habituadas a negociar com os portugueses. Os grupos conectors garantiam a transação e recebiam dos portugueses um peso de ouro ou vários, consoante o número de ligações que tinham estabelecido.

A troca ao largo – fazia-senos navios. Era praticado sempre que o clima dos territórios fosse insalubre e inapropriado para a saúde e quando os habitantes dos territórios se mostravam hostis. Os intermediários locais chegavam em canoas ou pirogas com o ouro entregue pelas populações do interior. Assim, esses intermediários ganhavam comissões de que viviam.

As populações locais parceiras do comércio dispunham de um sistema de pesos e de medidas de acordo com Coquery Vidrovitch:

“Para pesar o ouro, fazem pesos de cobre, de tamanho apropriados, tem pequenas balanças de cobre, redondas, à semelhança duma casca de laranja, com umas hastes muito compridas e uma pequena lingueta na qual existe um buraquinho pelo qual passam um fio, pegam nesse fio para levantar a balança e é assim que pesam.

Os camponeses do interior da região tem pesos feitos de madeira e de favas vermelhas e negras, servem-se deles, sabendo exatamente quantas favas perfazem um, dois ou três pesos dos flamengos ou dos holandeses.

- ❖ Uma benda é o peso maior que eles possuem e equivale a duas onças das nossas;
- ❖ Benda Affa é uma meia benda ou seja uma onça;
- ❖ Affuva são dois pesos e meio;
- ❖ Eggeba são dois pesos ou uma meia onça;
- ❖ Sirou equivale a um peso e meio;
- ❖ Quienta é um quarto de peso;
- ❖ Agirague é um meio ou um quarto de onça;
- ❖ Mediabata é um quarto de peso. E cada peso vale meia onça, de forma que os pesos deles só no nome correspondem aos nossos.

O comércio de ouro era de risco devido às falsificações. Os comerciantes africanos eram peritos em fabricar ouro falso. Algumas vezes fundiam ouro com o qual encobriam pedaços de cobre ou de ferro. Outras vezes fundiam e misturavam prata, cobre e um bocado de ouro, resultando numa mistura escura que enganava facilmente. Outras vezes, ainda, fundiam um coral que se assemelhava ao ouro. Quanto à falsificação do ouro em pó, limavam muitas vezes cobre que vendiam como ouro.

Na sequência do sistema colonial oriental, em Moçambique foram fundadas as feitorias de Sofala, em 1507 e da ilha de Moçambique, estas visavam facultar acesso ao ouro de Moçambique. Em 1530 os portugueses penetraram para o interior, em busca das zonas produtoras. Fundaram então as feitorias de Sena, em 1530, de Tete em 1535 e de Quelimane em 1544.

A influência portuguesa na área perdurou até 1693, quando Changamire de Batuta organizou um levante armado que obrigou os portugueses a abandonarem todas as feiras e a se refugiarem nas feitorias de Sena e de Tete.

Moçambique viu-se também envolvido no papel económico de fornecer mão-de-obra para as plantações índicas e americanas. Moçambique assumiu este papel, quando, no século XVIII, a procura de escravos ultrapassou a do ouro e a do marfim. O novo papel periférico de

Moçambique no contexto da economia-mundo, foi variando ao longo do tempo: fornecer ouro, depois o marfim e por fim o escravo, mão-de-obra para garantir o sucesso da produção e das exportações de matérias necessárias para a industrialização da Europa Ocidental.

Segunda fase do sistema colonial oriental

Esta fase iniciou no século XVII, o monopólio português foi quebrado pela concorrência, primeiro, anglo-holandesa e depois, francesa. Nessa altura restou a Portugal apenas Goa, Diu e Damão, na Índia; Macau, na China e Timor. Os Ingleses e Franceses seguiram o modelo da primeira fase do sistema colonial oriental.

Através das companhias de comércio – as companhias das Índias Orientais: a holandesa fundada em 1601, a inglesa criada em 1608, gerada em 1666 os novos dominadores da área, inauguraram um período de renhida concorrência pelo controlo do comércio da Índia que foi ganho pela Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, com vista a explorar a mão-de-obra local para a obtenção de mercadorias.

Tanto a Inglaterra como a França seguiram os padrões de ocupação portuguesa, enquanto a Holanda diferenciou-se, quando a sua companhia das Índias Orientais apoderou-se da Indonésia, estabelecendo uma dominação indirecta, deixando as autoridades locais teoricamente intactas, permitindo à companhia exercer o monopólio da comercialização e da exploração dos recursos económicos.

A consequência deste sistema de exploração foi o condicionamento à demanda mundial da produção de especiarias, do café, do açúcar e do arroz, o que levava os holandeses a adoptarem diferentes posturas consoante as exigências do mercado: especialização esforçada das regiões, adopção do trabalho compulsório, obrigatoriedade de venda da produção à companhia, que pagava preços arbitrários, proibição do aumento das áreas de cultivo e destruição de colheitas, que ocorria em caso de necessidade do equilíbrio económico. Estas acções permitiram manter os preços mundiais dos produtos indonésios artificialmente altos, beneficiando exclusivamente a companhia.

O SISTEMA COLONIAL OCIDENTAL

Funcionou sustentando no regime de monopólio e no trabalho compulsório.

Regime de monopólio foi aplicado essencialmente no comércio com a finalidade de maximizar a extracção de excedentes a concentrar na Europa ocidental, este regime impunha que as colónias vendessem sua produção apenas a respectiva metrópole e que, também, comprassem, nela os produtos que necessitavam. Para viabilizar o sistema actuavam nas colónias os mercadores e as companhias de comércio autorizadas pelos estados metropolitanos. Os produtores colónias tiveram sempre seus lucros drasticamente deprimidos, em razão dessa comercialização obrigatória, a preços de monopólio, que as metrópoles lhes impunham. Não podiam se aproveitar das flutuações favoráveis de preços no mercado e tinham que recorrer frequentemente a empréstimos, vivendo uma condição de status superior, graças a posse de grandes extensões de terras e de numerosos escravos.

Trabalho compulsório (obrigatório) 1ª forma foi adoptado nas colónias Américas essencialmente por duas razões: a redução demográfica e abundância de terras incultas. Onde os ingleses tiveram uma forma de trabalho compulsório onde empregavam **condenados, órfãos desempregados e arruinados** que assinavam contratos para trabalharem gratuitamente, em média, cinco anos na América em troca de passagens para aquele continente.

2ª forma recrutamento de índios para trabalhar adaptando maneiras que existiam antes dos europeus chegarem a tal mita no Peru que consistia em trabalho obrigatório nas minas e a encomienda no México eram alguns trabalhos obrigatórios que eram feitos para benefício do estado.

Causas: A redução demográfica deu-se devido ao peso do trabalho, aliado aos maus tratos e a violência, isto é, conduziu à diminuição da população índia por exemplo o México que contava com cerca de 25 milhões de habitantes índios no século XVI, apresentava apenas 1.5 milhão, nos meados do século XVII. – Deste modo a abundância de terras incultas ou a necessidade de manter os padrões de produção levou os europeus a procurarem alternativas, iniciaram assim, o tráfico de escravos africanos que particularmente foi se generalizando no século XVI este comércio restringia-se à América portuguesa. Na primeira metade do século XVII estendeu-se para América espanhola e britânica e na segunda metade do mesmo século, abrangiu as colónias antilhanas da França e da Holanda.

Razoes da escolha de África: a escolha da África para fornecer a mão-de-obra prendeu-se com razões económicas e não comutivos ligados com a capacidade de resistência do africano ou sua adaptação a trabalhos duros.

- De facto a África oferecia, pela sua localização, possibilidades de realizar um comércio de menos custos e rápido, devido a sua proximidade com o local onde essa mão-de-obra seria utilizada.
- Ditou também a escolha de África no facto de ser um continente sem um importante vínculo económico com a Europa, no contexto da economia mundial já que o ouro e a prata eram fornecidos pela América.
- Deste modo a única possibilidade de relação económica lucrativa com a África, vista como realmente importante na economia-mundo foi a de fornecer a mão-de-obra.

Responsabilidades dos negreiros e das autoridades africanas locais

Os traficantes de escravos tinham de ter o cuidado de permanecer pouco tempo nas costas africanas por causa de vários riscos entre os quais as possibilidades de ataques por africanos. A contração de doenças pelos marinheiros e a morte prematura dos escravos, um risco que não devia correr depois dos custos da compra e por vezes das dificuldades em adquiri-los.

Acção das companhias

Para fazer face aos riscos de perda de carga (escravos) os países envolvidos passaram a oferecer a partir de 1660 as companhias monopolistas, tais como ROYAL AFRICAN COMPANY, fundada na Inglaterra em 1672, essa tinha a função de fugir dos serviços dos traficantes piratas de escravos que eram muito criticados pelo seu nível de desumanidade e crueldade no acto de transporte.

Companhia Ruanesa criada em 1626 essa tinha obtido direitos exclusivos do governo Francês de fazer comércio na costa de África,

Companhia dos Aventureiros reais de África criada em 1661, que obteve direito exclusivo desde o cabo branco ao cabo de boa esperança.

Companhia das Índias Ocidentais fundada em 1664, que monopolizou por 40 anos o tráfico de escravos da área situada entre Cabo Verde e da Boa Esperança, e

Companhia do Senegal criada posteriormente em 1672, que dominou a rota da Companhia das Índias Ocidentais.

Estrutura física das áreas de captura – a estrutura dos portos Africanos do tráfico de escravos constituía-se de um fortim que era o centro da feitoria e lugar de espera da carga, em volta viviam os príncipes Africanos intermediários, interpretes, curandeiros e intervenientes de toda a espécie que recebiam vantagens do comércio, tais como as viagens à Europa, com missões e taxas por cabeça.

Organização interna das fortalezas – um director, um conferente, um encarregado de armazém, um capelão, um cirurgião, um oficial, vários auxiliares e soldados.

Processo de trocas – quando o navio negreiro chegava deveria fundear ao largo, onde o capitão deveria usar uma chalupa para chegar à costa onde é esperado pelos intermediários locais e antes de iniciar qualquer negociação pode ser necessário obter por meio de diversos presentes a autorização de um soberano local e quando esta concedida o mercado abre-se na proximidade da margem, os escravos são apresentados acorrentados, e não são vendidos separadamente, mas sim por lotes de três, cinco ou seis indivíduos, esta prática permite que o vendedor escoe as raparigas, os adolescentes e os doentes juntamente com adultos saudáveis.

Os custos dos escravos na fonte da África estavam estabelecidos em equivalências:

- Três crianças de 8 a 15 anos valiam duas peças da Índia.
- Duas crianças de três a 7 anos custavam uma peça da Índia.
- Uma mãe com seu filho equivaliam a uma peça da Índia.

Etapas ou áreas e produtos do chamado comércio triangular – o comércio triangular envolvia três continentes dispostos geograficamente em formato de triângulo:

- A Europa, de onde vinham os negreiros para a África com ferro, aguardente, tecidos, missangas, bacias, espelhos, quinquilharia e mosquetes obsoletos.
- África onde os negreiros obtinham peles, goma, marfim, ouro, e sobre tudo o escravo.

- América para onde se encaminhavam os escravos para trabalharem nas plantações e minas produzindo cana de açúcar algodão, tabaco, pau Brasil, e metais preciosos e matérias primas transportados para Europa.

Principais áreas de captura na costa ocidental de África

Os escravos eram capturados fundamentalmente desde Arguim até Angola, uma área dividida em sete sectores: Senegal, Serra Leoa, país do Gambia e Guiné (Guiné), costa de marfim, costa de ouro, reino de Arábia, de Ajadida e do Benim e costa de Luanda e de Angola.

Tipos de escravos segundo áreas de captura – os chamados pretos de **Caio** tidos como escravos propensos a guerras e revoltas, os **Bambaras**, tomados como estúpidos, pacíficos e robustos, os escravos da **costa do ouro** e de **Uída**, considerados bons cultivadores, mas inclinados ao suicídio, os congoleses tidos como alegres e bons trabalhadores.

Viagens e situação de locais de chegada até a venda

No local de chegada às Américas, no fim do período de quarentena impostos aos navios vindos de África, um tiro de canhão anunciava o início da venda, que se realizava em geral no próprio barco. Os escravos eram vendidos em lotes, misturando os escravos fortes e menos fortes, mulheres e crianças, e o seu preço nos inícios do século XVIII custava 4 a 5 vezes mais em relação ao preço de compra.

Razões da abolição do tráfico – a abolição do tráfico de escravos teve como a principal razão ECONÓMICA.

BATALHA DE ADOWA (ADUA) 1 DE MARÇO DE 1896

A amizade com a Itália permitiu a Menelik conquistar, na qualidade de rei de Shoa (1865-1889), as ricas regiões de Arussi, Harar, Kulo e Konta, a sul e a sudeste, e Gurage e Wallaga, a sudoeste. Já para os italianos o apoio de Menelik era útil, mas não indispensável a longo prazo a seus planos de expansão. A 2 de maio de 1889, menos de dois meses após a morte de Yohannes, um tratado de paz e de amizade marcava o apogeu das boas relações entre Menelik e a Itália.

Foi assinado na aldeia etíope de Wuchale. O tratado de Wuchale (Ucciali, em italiano), que devia marcar o ponto decisivo nas relações entre os dois países, continha dispositivos favoráveis a ambas as partes. Menelik reconhecia a soberania da Itália sobre a maior parte do planalto da Eritreia, abrangendo Asmara, e a Itália reconhecia Menelik como imperador tratava-se do primeiro país a fazê-la, prometendo -lhe o direito de importar, através da Eritreia, armas e munições.

A 3 de novembro de 1889, Menelik anunciou às potências europeias que seria coroado imperador, deram- lhe a mortificante resposta de que, sendo a Etiópia um protetorado, não podiam estabelecer relações com ela a não ser por intermédio da Itália. Em 24 de março e 14 de abril de 1891, e em 5 de maio de 1894, o Reino Unido assinou com a Itália três protocolos que fixavam as fronteiras do pretense protetorado com as colônias inglesas. Enquanto isso, para apoio de suas pretensões, os italianos avançavam pelo norte da Etiópia, da Eritreia ao Tigre. Ultrapassaram os limites anteriormente convencionados, cruzaram o rio Mareb e ocuparam a cidade de Adowa em janeiro de 1890.

A guerra entre italianos e etíopes eclodiu em dezembro de 1894, quando o chefe eritreu BathaHagos se revoltou contra o domínio italiano. No início de janeiro de 1895, os italianos atacaram as Mangacha, ocupando a maior parte de Tigre. Menelik ordenou a mobilização a 17 de setembro, marchou para o norte com numeroso exército e conquistou importantes vitórias, a 7 de dezembro em AmbaAlagi e no fim do ano em Makalle. Os italianos retiraram-se para Adowa, local onde, após alguns meses de trégua, travou-se o combate decisivo.

Como resultado da vitória de Menelik, em 26 de outubro de 1896, os italianos assinaram o tratado de paz de Adis Abeba, que anulava o tratado de Wuchale e reconhecia a completa independência da Etiópia. E não se sabe por que motivos Menelik não exigiu que os italianos se retirassem da Eritreia, embora houvesse por várias vezes manifestado o desejo de que a Etiópia tivesse acesso ao mar. A fronteira meridional da colônia italiana foi fixada sobre a margem do rio Mareb. A campanha de Adowa conferiu muito prestígio a Menelik. A França e o Reino Unido enviaram missões diplomáticas para celebrar tratados com ele; os mahdistas do Sudão, o sultão do império otomano e o czar da Rússia também mandaram embaixadas.

As independências africanas e a criação da OUA

O **processo de independência das colônias europeias no continente africano** teve início após a II Guerra Mundial e prolongou-se até a década de 70.

A descolonização do continente africano ocorreu de maneira desigual, algumas colónias conseguiram fazer acordo com suas metrópoles com base nas negociações e outras precisaram travar guerras entre os movimentos de independência e os países europeus, que tinham medo de perder seu poder e privilégio.

Em 1955, realizou-se a Conferência de Bandung na Indonésia, cujo tema era a luta contra a colonialismo. Com a participação de 25 países entre africanos e asiáticos, a conferência estimulou as lutas por independência no continente africano e asiático. A conferência foi organizada pelo movimento de solidariedade entre países africanos e asiáticos que sofreram com a colonização europeia, sob patrocínio de personalidades políticas intelectuais e científicas da esquerda europeia e com apoio financeiro da China.

A carta final da conferência condenava todos os tipos de colonialismos e as doutrinas internacionais que recorriam à força, à infiltração e à subversão, indicando a resolução das disputas internacionais por meios pacíficos. Após esse evento, a Inglaterra reconheceu a independência do Sudão em 1956, seguida da independência do Ghana, em 1957, e da Guiné Conakry, em 1958.

No final, a conferência representou um grande precedente para as lutas anticolonialistas e anti-imperialistas dos continentes africano e asiático. Após esses reconhecimentos, o processo de descolonização foi sucedendo em cadeia. A partir de 1960, as colónias britânicas e francesas em África proclamam suas independências, nomeadamente: Burkina-Faso, Benin, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire. Já entre 1961 e 1962, 5 países tornam-se independentes: Serra Leoa, Burundi, Uganda e Argélia. Por essa razão, a década de 60 do século XX é conhecida como “década de África”.

Em Maio de 1962, representantes dos países africanos independentes e de outros ainda sob domínio colonial reúnem-se na Conferência da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, realizada em Adis-Abeba capital da Etiópia, então governada pelo imperador Hailé Selassié. Tal conferência tinha como objectivo coordenar e intensificar esforços para acelerar as independências dos territórios africanos ainda sob domínio da colonização europeia, reafirmando o dever de todos os Estados africanos independentes em apoiar a liberdade e a independência dos povos ainda sob domínio estrangeiro.

Nesse evento, discutiu-se fundamentalmente duas ordens de questões: a situação do Zimbábwe, da Namíbia e da África do Sul que eram governadas por regimes racistas, constituídos de minorias brancas de origem britânica, sob regimes do apartheid; como também a situação das colónias portuguesas em África, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe.

Os países reunidos determinam o apoio pela via da luta armada, como única solução para a libertação desses territórios africanos, ainda sob domínio colonial europeu (COMITINI, 1980). Foi nessa conferência que se proclamou a data de 25 de Maio como dia de libertação de África, marcando o reconhecimento da legitimidade da ONU.

As lutas armadas contra o colonialismo europeu generalizam-se na Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São-Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Zimbábwe, África do Sul e Namíbia. Cerca de dez anos depois, em 1975, os territórios da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola obtêm suas independências da colonização portuguesa por meio de lutas armadas sangrentas. Esses dois últimos países, falantes da língua portuguesa e localizados na África Austral, apoiaram a luta armada de libertação e desempenharam papel relevante para a independência dos países africanos vizinhos – África do Sul, Namíbia e Zimbábwe –, que estavam sob domínio de governos racistas dominados por minorias brancas, em sistemas de apartheid. Cinco anos depois, em 1980, o Zimbábwe alcança sua independência da minoria branca de origem britânica que governava o território. Já a África do Sul e a Namíbia livram-se do regime do apartheid em 1990.

A OUA

A OUA foi criada na reunião da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, acontecida em Adis-Abeba, capital da Etiópia, entre os dias 22 e 25 de Maio de 1963.

Na reunião, foi elaborada, apresentada e aprovada a Carta da Organização da Unidade Africana, seus **objectivos** e princípios norteadores. Meio século após a sua criação, a OUA viria a dar lugar à União Africana (UA).

Objectivos da OUA

A organização da Unidade Africana tinha os seguintes objectivos:

- ❖ Combater o colonialismo em África;
- ❖ Combater o apartheid;

- ❖ Visava incrementar a cooperação entre seus membros;
- ❖ Estabelecer a unidade e a solidariedade dos Estados Africanos;
- ❖ Defender a integridade do território Africano;
- ❖ Defender a independência e a soberania e seus membros;
- ❖ Actuar na economia, na defesa, na segurança colectiva e na cultura africana.

Órgãos da OUA

- ❖ Organizava-se em quatro órgãos:
- ❖ A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, instância suprema;
- ❖ Conselho de Ministros, que prepara e executa as decisões da Conferência;
- ❖ Secretariado-Geral Administrativo; e
- ❖ A Comissão de Mediação, de Conciliação e de Arbitragem

A Passagem da OUA Para União Africana

A UA foi criada para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA). A OUA foi uma manifestação da visão pan-africana de uma África unida, livre e no controle de seu próprio destino, e teve esses princípios fundamentais formalizados em sua Constituição em 1963. Durante sua existência, a OUA desempenhou papel fundamental na erradicação do colonialismo e na luta contra o apartheid. Entretanto, a organização passou a ser bastante criticada pela elevada burocracia e ineficácia, principalmente pela sua política de não interferência nos assuntos internos de seus Estados-membros, levando à impotência em casos de conflitos e à passividade em situações de violações de direitos humanos, como os ocorridos em Uganda na década de 1970.

Em 09 de Setembro de 1999, os chefes dos Estados-membros integrantes da OUA emitiram a Declaração de Sirte, a qual pedia o estabelecimento de uma União Africana, com vistas a acelerar o processo de integração no continente, para permitir que África desempenhar seu papel legítimo na economia global, ao mesmo tempo em que aborda problemas sociais, económicos e políticos multifacetados, compostos por certos aspectos negativos da globalização.

A decisão de relançar a organização pan-africana da África foi o resultado de um consenso dos líderes africanos de que, para realizar o potencial da África, havia uma necessidade de reorientar a atenção da luta pela descolonização e livrar o continente do apartheid, que havia sido o foco da

OUA, no sentido de aumentar a cooperação e a integração dos estados africanos para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico da África.

Assim, a UA foi criada definitivamente, em 2002, com 53 das nações africanas, quando apenas o Sudão do Sul e o Marrocos não faziam parte do grupo dentre os países do continente africano. No entanto, o Sudão do Sul tornou-se o 54º Estado-membro em 2011 e o Marrocos o 55º, em 2017.

A União Africana defende a eliminação do colonialismo, a soberania dos Estados africanos e a integração económica, além da cooperação política e cultural dentro do continente. Observa-se ainda que a UA defende que os conflitos devem ser resolvidos antes que se agravem e, para esse fim, estabeleceu um Conselho de Paz e Segurança em 2004, o qual pode intervir em conflitos, substituindo o antigo princípio de “não interferência” da OUA por um de “não indiferença”

HISTÓRIA DE MOCAMBIQUE

OS KHOI-KHOI E OS SAN

Este processo de expansão e fixação dos Bantu na África Austral, fez com que eles tivessem por vezes de ocupar terras já ocupadas ou percorridas por grupos dispersos de caçadores, recolectores e de pastores, os San e os Khoi-khoi. Estes povos antigos, também chamados Khoisan, viviam numa fase de organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há muitos séculos. Eles foram os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique.

De pequena estatura e vivendo da caça, da pesca e da colheita de frutos e vegetais selvagens, os San habitavam em cavernas ou mesmo ao ar livre. Os seus instrumentos de trabalho eram muito rudimentares. Foram eles quem produziu os desenhos e pinturas nas rochas que encontramos em algumas zonas do nosso país.

Os Khoi-khoi eram mais altos e fortes e tinham já a criação de gado entre as suas actividades produtivas. Muitos destes grupos foram expulsos pelos Bantu. Noutros casos eles passaram a viver conjuntamente, sendo integrados na cultura e sociedade Bantu.

OS BANTU E O APARECIMENTO DO ESTADO

As migrações Bantu que no século III (3) da n.e. ultrapassaram o rio Rovuma em direcção ao Maputo, e que cem anos mais tarde chegaram à região de Manica, tiveram o seu início no primeiro milénio antes da nossa era. Nesse tempo, os antepassados dos Bantu viviam na zona compreendida entre os rios Ubangui e Chari, na África Ocidental. Alimentavam-se principalmente através da recolha e da caça, mas conheciam já a agricultura e a criação de gado, do boi e da cabra.

O estudo das causas que levaram estes grupos humanos a desenvolver-se e a ter que procurar novas terras para a sua sobrevivência, faz parte do estudo da História da África. Aí estudámos também a forma como estavam organizados e produziam, e como a descoberta da técnica de trabalho do ferro e sua expansão vão constituir um factor decisivo de desenvolvimento económico, político e social. É no processo deste desenvolvimento que as famílias alargadas se

vão unir aos clãs e, com as guerras, os clãs vão originar as tribos. Ao mesmo tempo, a utilização de instrumentos de ferro na produção levou ao aparecimento de excedentes que permitiram o início das trocas entre os vários grupos Bantu e, gradualmente, ao aparecimento de uma classe dominante que se apodera, em seu benefício, desses excedentes. enriquecendo cada vez mais.

A sociedade dividiu-se assim em duas classes sociais: os explorados e os exploradores. Na História de África estudámos já de que maneira os Bantu se foram organizando em sociedades de exploração, em Estados. Os interesses dos exploradores, os chefes tribais e de clã, sobre a grande maioria da população, os produtores, exigiu esse novo tipo de organização política, económica e social cuja finalidade é a defesa e a manutenção do poder da classe dominante.

Os primeiros Estados Bantu formaram-se antes do fim do primeiro milénio da nossa era na bacia do rio Congo. Foram os **Estados Luba, Congo e Lozi**.

O estudo da História da África abrange também o estudo dos Estados do Zimbabwe e do Monomotapa, surgidos a partir do século X (10) da n.e., bem como a forma como estavam organizados e como se desenvolveram.

OS ESTADOS ZIMBABWE E MONOMOTAPA

O Estado Zimbabwe começa a desenvolver-se no planalto do Zimbabwe e regiões circunvizinhas cerca do ano 1000 da nossa era. Atingiu o seu maior desenvolvimento a partir do ano 1200. É por esta altura que foram construídas as muralhas de pedra como as do Grande Zimbabwe ou as de Manhiquene.

Através da exploração da actividade produtiva da população, a classe dirigente do Estado Zimbabwe tornou-se cada vez mais rica. Trocava ouro e outros metais, bem como marfim e peles de animais, com os comerciantes árabes que, entretanto, se tinham fixado nas regiões costeiras. Em troca obtinha bens que apenas serviam para o seu prestígio. como tecidos, miçangas coloridas e objectos de vidro e porcelana. Este comércio é um factor importante para a compreensão do rápido desenvolvimento do Estado Zimbabwe.



Figura que ilustra o amuralhado na estacao arqueologica de Manyiquene.

Aproximadamente no ano 1450, devido ao grande número de pessoas e gado existentes em Grande Zimbabwe, a capacidade da terra para a agricultura e para as pastagens do gado tornou-se insuficiente. Por essa razão, as populações que ali viviam tiveram necessidade de se deslocar para outras áreas. Também por esta altura começa a diminuir o comércio com os árabes da costa, que entretanto tinham iniciado contactos e trocas com outras populações. Isto marca o início da decadência do Grande Zimbabwe.

Khami, a cerca de 250 quilómetros para oeste, foi a sua continuação directa e tornou-se o centro do novo Estado Torwa. Ao mesmo tempo, mais ao norte do planalto, junto ao vale do Zambeze, surgiu e desenvolveu-se o Estado Monomotapa.

Uma longa série de dinastias (séries de reis, filhos uns dos outros) dirigiu o Estado Monomotapa desde cerca de 1425 até 1884. A primeira destas dinastias foi a dos Mutota.

A capital do Estado, neste primeiro período, foi provavelmente Zwangembe, povoação mais pequena que o amuralhado de Khami, capital de Torwa.

Depois da morte de Mutota sucedeu-lhe seu filho Matope. Este dedicou-se a aumentar o território que lhe fora legado por seu pai. Criou uma federação de Estados com Barué, Manica, Danda, Chedima e Teve, que eram obrigados a pagar-lhe tributo. Cerca do ano 1500, com o

enfraquecimento do poder central, estas regiões separaram-se do Monomotapa, transformando-se em Estados independentes. Foram alguns destes Estados os primeiros a entrar em contacto com os portugueses que, desde 1505, se tinham estabelecido em Sofala.

O COMÉRCIO E AS FEITORIAS COMERCIAIS

O comércio dos árabes no actual território do nosso país. Isto é importante porque a primeira fase da ocupação portuguesa vai ter como objectivo a expulsão dos árabes e sua substituição por comerciantes portugueses.

O comércio árabe começou a desenvolver-se a partir do século VII (7) da n.º., altura em que começaram a chegar à costa oriental da África navegadores vindos de diversas regiões da Ásia. Estes navegadores eram comerciantes indonésios, indianos, persas, árabes e chineses. O seu objectivo era trocar produtos dos seus países ou das regiões por onde passavam, com produtos das terras africanas.

Eles traziam panos de algodão, miçangas, sal, louça, levavam em troca ouro, marfim, ferro, cobre e peles de animais. Por vezes levavam também escravos.

As trocas não se faziam com dinheiro. Os produtos levados eram vendidos nos mercados asiáticos com grandes lucros, porque eram muito procurados. Destes comerciantes, os que mais importância tiveram para a nossa História foram os árabes. Para realizar o seu comércio, eles construíam pequenas povoações à beiramar ou na margem dos rios, e aí se estabeleciam, para trocar as mercadorias vindas de longe, pelos produtos locais. A estas povoações chamamos feitorias.

A primeira feitoria fundada em Moçambique foi a de Sofala. Depois foram criadas as feitorias de Angoche da Ilha de Moçambique. As trocas comerciais entre as feitorias e os povos do interior africano eram feitas por intermediários árabes e africanos.

Os contactos com os Estados Zimbabwe e Monomotapa facilitaram o rápido desenvolvimento das feitorias árabes. Nessas feitorias desenvolveu-se o comércio e daí resultou o domínio político árabe.

Os árabes introduziram em certas regiões do nosso país a sua religião, o Islamismo, como forma de manterem. e desenvolverem o seu comércio. Foram também eles, e outros comerciantes asiáticos, que introduziram em Moçambique as bananas, o arroz, a cana-de-açúcar, as mangas, as laranjas, os limões e a técnica de tecelagem de panos de algodão. Os navegadores indonésios introduziram a técnica de construção de barcos de balanceiro, que ainda hoje são feitos em Inhambane, em Pemba e nas Chocas.

A PENETRAÇÃO COLONIAL E O COMÉRCIO

A CHEGADA DOS PORTUGUESES

Nos finais do século XV (15) o Rei de Portugal organizou uma expedição chefiada pelo navegador Vasco da Gama, com o objectivo de descobrir o caminho por mar entre a Europa e a Índia.

O comércio na Europa tinha atingido um desenvolvimento muito elevado. Do Oriente chegavam especiarias e outros produtos, mas o percurso por terra tornava os produtos muito caros à sua chegada à Europa. O caminho marítimo facilitaria o comércio, tornando os produtos mais baratos. Esta expedição parou em alguns pontos da costa actual do nosso País e, em

1498, chegou à Ilha de Moçambique.

Os portugueses preocuparam-se desde logo em ocupar a Ilha de Moçambique, base que servia fundamentalmente para dar apoio aos navios que por ali passavam. Esta posição, de grande importância para o controlo do caminho marítimo para a Índia, assegurava a Portugal praticamente o monopólio do comércio das especiarias orientais consumidas na Europa: pimenta, canela, cravo da Índia, etc.

Na costa moçambicana, os portugueses procuraram dominar outras posições estratégicas ou de interesse comercial. Entre estas destaca-se Sofala, por onde eram escoados o ouro e o marfim vindos do interior. Nos seus planos, os mercadores portugueses pretendiam substituir-se aos árabes no controlo de todo o comércio da costa oriental de África. Os árabes ofereceram uma forte resistência, mas acabaram por ser praticamente neutralizados.

Para aniquilar a presença árabe, os portugueses ocuparam Sofala em 1505 e, mais tarde, Quelimane, Sena e Tete, no rio Zambeze. Nestes pontos, os portugueses estabeleceram pequenas empresas comerciais onde os mercadores se abasteciam para o seu comércio no interior, e colocaram aí tropas para proteger os seus interesses.

Ao eliminar a influência comercial árabe, e com a ocupação das posições estratégicas nas rotas comerciais, os portugueses criaram condições para penetrarem no interior do território. A expedição militar comandada por Francisco Barreto, em 1572, tinha como objectivo reforçar a dominação comercial portuguesa e visava a ocupação das regiões onde se situavam as minas de ouro e prata do Monomotapa. Como pretexto, os portugueses consideraram-na uma expedição punitiva, enviada para vingar a morte do missionário Gonçalo da Silveira, que desaparecera na corte do Monomotapa após o ter baptizado e à sua família.

A coluna deparou com forte resistência armada da população e, não preparada para lutar nas condições de terreno e de clima que encontrou, foi parcialmente dizimada, longo do caminho que percorreu para chegar ao interior. Reforçada por novas tropas fortemente armadas, a expedição portuguesa acabou por entrar em contacto com o Monomotapa, que nessa altura se via ameaçado por um Estado rival. O Monomotapa fez por isso a paz com os portugueses, em troca de armas e de auxílio militar capazes de o manter no poder. No entanto não divulgou os locais onde se situavam as minas, utilizando com esse fim vários subterfúgios que conseguiram enganar os portugueses.

Ficou estabelecido que, para poderem negociar e atravessar as suas terras, os comerciantes portugueses tinham que pagar tributo aos chefes africanos, como já faziam os árabes. Para facilitar o comércio, os portugueses começaram a reunir-se periodicamente em lugares fixos, onde os povos do interior iam levar os seus produtos. Esses locais de comércio eram chamados Feiras. O representante português de todas elas junto ao Monomotapa, tinha o título de Capitão. Ia de tempos a tempos efectuar o pagamento do tributo à capital, não podendo entrar nela nem calçado nem armado, em sinal de respeito. Esse tributo tinha o nome de curva. Sempre que os portugueses faltassem ao seu pagamento, o Monomotapa tinha direito à empata, isto é, ao confisco de todos os bens dos comerciantes portugueses que se encontrassem nas suas terras.

O DOMÍNIO DO MONOMOTAPA

As lutas entre o Monomotapa e os chefes rivais aumentaram. Muitas vezes, elas eram incentivadas pelos portugueses que, ao intervir militarmente, obtinham novos privilégios. Outra atitude freqüente era a de deixar que o Monomotapa fosse atacado sem lhe prestar a ajuda a que estavam obrigados por acordo, a fim de o enfraquecer ainda mais.

A situação de dependência do Monomotapa em relação aos portugueses tornou-se assim cada vez maior. Já não podia passar sem ajuda militar, para permitir os ataques vindos do exterior e as constantes revoltas que se verificavam no interior do seu Estado.

Os portugueses começaram a faltar ao pagamento das curvas. O Monomotapa aplicava o seu direito de empata, mas de nada valia porque a reacção portuguesa era sempre violenta.

Em 1627, o Monomotapa era Mavura. Enfrentou uma luta grande contra o seu rival Capranzine pela posse do poder, que acabou por ficar totalmente dependente dos portugueses, pois para vencer o seu rival, teve de pedir uma ajuda enorme. A partir daí passou a ser o Monomotapa quem tinha de pagar tributo aos portugueses, em troca da ajuda militar e segundo um acordo que aquele se viu obrigado a assinar. Este domínio dos portugueses vai levar à rápida decadência política e militar do Monomotapa.

O ESTADO ROZWI

Entretanto, um dos chefes do Estado Monomotapa crescera em prestígio e influência, tornando-se rapidamente muito poderoso, política e militarmente. Esse chefe, o Changamire, dirigia o clã Rozwi e negava-se sistematicamente a comerciar com os portugueses e a permitir a sua passagem pelas terras que ocupava. A partir de 1670 o seu prestígio aumentou tanto, que o Monomotapa Mucombué, apoiado pelos portugueses, o atacou em 1684. Não conseguiu dominá-lo e retirou-se com o seu exército derrotado.

Em 1696, o clã Rozwi veio a dominar o próprio Estado Torwa, que integrou sob a sua direcção. Devido a uma hábil política de alianças e ao poder militar dos Rozwi, os sucessores de Changamire, que governaram o Estado Rozwi, atacaram com frequência e destruíram por várias vezes algumas das feiras portuguesas. Como já vimos, estas feiras eram locais de comércio no interior do território, para troca de produtos entre os comerciantes e a população, mas eram

também locais de concentração de soldados portugueses, que as defendiam. Existiam feiras em Massapa, Dambare, Zumbo e Manica, por exemplo.

Somente em meados do século XIX, com as invasões dos Nguni, terminou a dominação Rozwi no planalto. A resistência que ofereceram aos portugueses constituiu sempre um obstáculo intransponível ao domínio e controlo destes.

O SISTEMA DOS PRAZOS

Em fins do século XVI (16), os portugueses pretenderam controlar e colonizar as terras situadas ao longo do rio Zambeze. Introduziram para isso na região o chamado sistema dos prazos. Prazos eram grandes extensões de terreno que o governo português dava aos colonos vindos de Portugal ou de Goa, na Índia.

Estas terras passavam depois para as filhas desses colonos até à terceira geração. Depois disso, deviam ser devolvidas ao governo português. Os prazeiros, isto é, os beneficiados com este sistema, deviam casar-se com pessoas vindas de Portugal. Pretendia-se assim instalar em Moçambique famílias de colonos que prolongassem a ocupação do território.

A introdução deste sistema foi a primeira tentativa de colonização organizada feita pelos portugueses. As terras distribuídas aos «prazeiros» eram conquistadas pelas armas ou obtidas por consentimento das autoridades locais.

Os prazeiros controlavam muitas vezes distritos inteiros como sua propriedade pessoal, promulgavam leis e só ocasionalmente pagavam vassalagem ao rei de Portugal. Os missionários jesuítas e dominicanos do tempo, também possuíam vastas terras. Administravam-nas tal como faziam os prazeiros, colectando impostos por cabeça e, quando a escravatura se tornou mais rentável, transformaram os naturais em escravos.

A razão que levou Portugal a criar os prazos foi o facto de aqueles que eram exilados para Moçambique, tal como as autoridades administrativas e os soldados enviados para lutar contra o Monomotapa, se apoderarem de grandes terras onde exerciam o seu poder absoluto sem darem contas a ninguém. Desta situação, que não convinha ao rei de Portugal pois perdia benefícios económicos e políticos, nasceu a ideia de mandar contingentes de pessoas para Moçambique, a

quem concediam uma parcela de terreno, assegurando assim política e administrativamente a dominação colonial.

Sobre a forma como estavam organizados os prazos, estudos recentes dizem que, em muitos deles, os prazeiros passaram, com o correr dos anos, a utilizar os mesmos métodos de domínio de algumas sociedades tradicionais existentes na época, na zona do Zambeze. Esta organização caracterizava-se pela existência de grandes extensões governadas por um «**Mambo**», ajudado pelos chefes do clã, os «**Mpfmu**», pelos chefes dos povoados. Estes cobravam o imposto que passavam a entregar ao prazeiro. Este imposto, que era obrigatório para todos, chamava-se «**Mutsouko**» (na Zambézia, até ao fim da era colonial, «mussoco» era o «imposto de palhota»).

Quando o «Mambo» concordava em integrar-se no prazo, os prazeiros davam-lhe uma pequena parte da quantia recolhida no imposto.

O sistema de prazos foi um fracasso em Moçambique, Isso deveu-se a duas razões fundamentais:

- ⇒ - Os portugueses agiram mais pela necessidade de controlar uma situação do que dentro de um plano de colonização bem elaborado;
- ⇒ A resistência a este sistema foi sempre muito grande. Assim, por exemplo, em 1675 existiam apenas 50 prazeiros, e grande parte dos prazos tinham sido reconquistados pelos Mambo que originariamente os ocupavam.

O sistema de prazos existiu apenas na região do Zambeze, entre Tete e Sofala.

A ESCRAVATURA

A decadência política e económica do Monomotapa e a ameaça constante do Estado Rozwi, fez com que o comércio português perdesse rapidamente a sua importância inicial e descesse até aos mais baixos níveis de sempre. Isto obrigava os comerciantes a procurar novas fontes de riqueza e, deste modo, vão desenvolver o comércio de escravos, a escravatura.

Por volta de 1645, já os colonos portugueses e alguns sultões árabes vendiam moçambicanos como escravos. Estes seguiam para a Arábia, Golfo Pérsico, Índia e, mais tarde, para as ilhas do Oceano Índico e para o Brasil. O Brasil era também uma colónia portuguesa, onde existiam

grandes plantações de cana-de-açúcar e cacau, cultivadas inicialmente por escravos idos de Angola e da Guiné.



Imagem que ilustra o decurso do comercio dos escravos

O comércio de escravos aumentou no litoral moçambicano após 1735. Nessa data os franceses apoderaram-se das ilhas do Oceano Índico. Aí estabeleceram grandes plantações de especiarias, baunilha, cravo da índia e pimenta, utilizando mão-de-obra escrava.

Mais tarde, quando a venda de escravos diminuiu na costa ocidental de Africa, a partir de 1810, milhares de moçambicanos foram vendidos para as plantações do Brasil. Eles seguiam em barcos que demandavam as nossas regiões costeiras com essa finalidade, acorrentados aos grupos e amontoados nos porões. Devido às terríveis condições em que se realizavam estes transportes, muitas dezenas morriam durante a viagem.

A venda de africanos como escravos foi condenada por muitos países a partir do século XIX (19). Apesar disso, os escravagistas ofereciam dinheiro aos governadores e funcionários portugueses para que permitissem e nada revelassem deste comércio indigno.

Os missionários eram também subornados para esconderem este comércio e, em muitos casos, praticavam-no também. Os prazeiros foram os principais instrumentos do comércio de escravos.

Umás vezes usavam a violência militar e o massacre. Outras, utilizavam os chefes e reis tribais que, para enriquecerem, eram capazes de venderem os seus próprios irmãos.

Em Moçambique calcula-se que, até 1850 (altura em que a escravatura foi oficialmente proibida), tenham sido levados mais de 20 000 escravos por ano. No entanto, o comércio clandestino de escravos continuou a realizar-se pelo menos até 1910. Como aconteceu em todo o continente africano, os antepassados da grande maioria da actual população de Moçambique sofreram muito com a escravatura. As populações do litoral da zona de Macuana, de Inhambane e de Cabo Delgado, foram as mais afectadas

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO NO MAPUTO

A partir do século XVI (16), os navegadores europeus começam a comerciar com as populações que viviam à volta da baía do Maputo. Desenvolveram-se aí cinco chefaturas pertencendo ao clã Ronga: Nhaca, Tembe, Mpfumo, Mena, Lebombo e Manhiça. Os comerciantes portugueses estabeleceram-se em duas feitorias, na Inhaca e na Xefina.

As pontas de rinocerontes, utensílios de cobre, carapaças de tartaruga e, principalmente, marfim trazido das grandes caçadas ao elefante, na região do rio Maputo, eram trocados por panos da Índia, miçangas e bebidas alcoólicas.

Gradualmente, este comércio transformou a baía do Maputo num importante centro comercial. Os Ronga faziam expedições ao interior para trazerem as mercadorias que iam vender na costa. Durante 300 anos, os Ronga dominaram todo este comércio a longa distância. Este comércio, e a situação geográfica da baía, eram tão importantes que alguns países capitalistas da Europa cobiçavam o domínio desta zona do Maputo.

Em 1721, por exemplo, uma expedição holandesa instalou-se nas terras de Mpfumo. Tempos depois, uma companhia comercial austríaca construiu três feitorias no Maputo: uma, nas terras do Mpfumo, outra na Catembe e outra ainda na Inhaca. Queriam dominar o comércio de marfim.

Em 1781, os portugueses expulsaram os austríacos e construíram uma fortaleza no Maputo, assegurando assim o controlo de todo o comércio da região sul de Moçambique.

OS AJAUAS E O COMÉRCIO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

À semelhança do que os Ronga faziam no Sul, também no Norte os Ajauas se dedicaram e especializaram no comércio a longa distância. Os Ajauas viviam entre o Lago Niassa e o rio Rovuma. Partiam em grupos das suas terras, atravessavam o rio Lúrio, passavam por Itoculo e vinham comerciar com os portugueses no Mossuril, mesmo em frente da Ilha de Moçambique.

Os Ajauas dedicavam-se ao fabrico de instrumentos de ferro. Estes, juntamente com o tabaco e peles de animais, eram os principais produtos comerciados. Com o tempo, o marfim passou a ser o principal produto, assim como os escravos. Os europeus e os árabes compravam marfim e escravos, dando em troca panos, miçangas, armas de fogo e pólvora.

Durante cerca de cinquenta anos, este comércio no norte do País esteve nas mãos dos Ajauas. Por volta de 1755, os portugueses iniciaram uma guerra sangrenta contra os povos das regiões ao norte de Moçambique, por onde os mercadores Ajauas tinham que passar para virem comerciar ao Mossuril. Como não havia segurança, os Ajauas decidiram desviar o seu comércio em direcção ao Norte, para Kilwa, na costa do Tanganyika. Também a norte do Rovuma, os comerciantes estrangeiros lutaram entre si para dominar o comércio que se fazia com os povos africanos. É deste modo que os árabes de Oman expulsam os portugueses de toda a costa do actual Kenya e da Tanzânia. A região de Cabo Delgado, passou a ser cobiçada por franceses e ingleses.

Como resposta, Portugal tenta também intensificar a sua política colonial e, em 1752, cria um Governo-Geral em Moçambique, para explorar ainda mais as riquezas da nossa terra. Até essa data, os portugueses em Moçambique dependiam do governo colonial instalado em Goa, na Índia, sendo considerado como uma das suas regiões administrativas.

OS NGUNI

Os Nguni eram um grupo bantu que vivia no Natal. Cerca do ano 1800, uma expedição Nguni atravessou os montes Libombos e entrou em Moçambique, comandada por Shochangane. Três outros clãs Nguni abandonaram também o Natal, nessa época. Um comandado por Zuangundaba, fixou-se na zona da Angónia. Dois outros, comandados por Ncaba e por Mzilikatzi, fixaram-se no sul do planalto do Zimbabwe onde vieram a dominar o Estado Rozwi.

Quando os Nguni, povo de pastores, chegaram ao Natal, eles iniciaram a ocupação dessa terra fértil. A população cresceu e criavam-se constantemente novas aldeias, que se dedicavam principalmente à criação de gado. Os chefes dessas aldeias não estavam submetidos a um poder central e eram independentes. Com o aumento da população, as terras férteis do Natal começaram a tornar-se escassas. Por isso, nos fins do século XVIII (18), alguns clãs são obrigados a emigrar, fixando-se noutras regiões.

Surgiram assim três Estados Nguni: **o Estado Swazi, chefiado por Sobuza; o Nduandue, chefiado por Zwide e o Mtetua (ou Zulu), chefiado por Dinguisuaio e, mais tarde, por Tchaka.**

A FORMAÇÃO DO ESTADO DE GAZA

Estes três Estados procuraram, cada um por si, conquistar todos os pequenos grupos que os rodeavam. Em seguida, surgiu uma grande rivalidade entre eles, que deu origem a uma guerra. Cada um queria conquistar e dominar os outros, para obter o monopólio do rico comércio com a baía do Maputo.

Tchaka. era o mais poderoso. Em 1818, as suas tropas derrotaram Zwide, chefe dos Nduandue, na batalha do rio Malhasse. Um dos chefes dos Nduandue, que combatia ao lado de Zwide, era Shochangane, que conseguiu retirar com o seu exército. Atravessou os Libombos e fixou-se primeiro nas proximidades da baía do Maputo. Mais tarde atravessou o Limpopo e, depois de submeter as populações até quase ao Zambeze, funda o Estado de Gaza. Shochangane, também conhecido por Manicusse, chegou ao sul de Moçambique, onde se encontravam os Ronga.

A falta de unidade entre os vários clãs dos Ronga, permitiu que os Nguni os derrotassem e dominassem. Apoderaram-se assim do comércio com os portugueses. Todos os comerciantes que se encontravam na sua terra, eram obrigados a pagar tributos aos Nguni. Shochangane formou assim um grande Estado, que ia do Maputo até ao rio Zambeze, que se chamou o Estado de

Gaza.

Shochangane morreu em Outubro de 1858. Depois da sua morte, uma terrível guerra atingiu o Estado de Gaza. Os seus dois filhos. Muzila e Maueua, queriam ambos o poder, acabando por se lançarem numa luta fratricida. Embora Muzila fosse mais velho, Maueua era o preferido do pai,

que o escolhera para sucessor. Muzila, despeitado, retirou-se primeiro para Macaringue e depois para o Transvaal. Entretanto Maueua revelou-se um mau chefe. oprimindo as populações que governava e que se revoltaram, dando apoio a Muzila. Na primeira batalha que Muzila e os seus aliados travaram com Maueua, foram derrotados. Muzila não desanimou e acabou por vencer o seu irmão na batalha de Malhacate, próximo da Moamba. Para isso, Muzila contou com o auxílio de um grande amigo seu, João Albasini, caçador de elefantes que vivia perto da fronteira de Moçambique com a África do Sul, e que tinha grande influência na região. João Albasini, com outros caçadores, prestaram ajuda importante a Muzila.

Na batalha de Malhacate, os poderosos regimentos de Maueua atacaram os guerrilheiros de Muzila. que começaram a recuar perante eles. Nessa altura, os caçadores de elefantes dirigidos por Albasini intervieram e, com as suas armas de fogo, fizeram vacilar o exército de Maueua. Os regimentos de Muzila, com novo ânimo, atacaram então e derrotaram completamente as tropas de Maueua. Maueua fugiu para junto do seu avô, na Swazilândia. Muzila, que foi um grande dirigente, consolidou desta maneira os domínios do Estado de Gaza que Shochangane, seu pai, fundou.

OS PORTUGUESES SUBSTITUÍRAM OS ARABES NO COMÉRCIO DA COSTA MOÇAMBICANA E, ATRAVÉS DO APOIO MILITAR, DOMINARAM O ESTADO MONOMOTAPA. NOS FINS DO SÉCULO XVI (16) OS PORTUGUESES CRIARAM O SISTEMA DOS PRAZOS. MAIS DE 20 000 ESCRAVOS ERAM CAPTURADOS, EM MÉDIA, POR ANO.

IMPERIALISMO

O INICIO DO IMPERIALISMO

A exploração colonial iniciada no século XV (15) não se fez sentir apenas no território que hoje constitui o nosso país. Também as restantes regiões da África, a Ásia e a América do Sul passaram a ser alvo da mesma exploração por parte de companhias comerciais europeias. A pilhagem da riqueza dos povos dos três continentes. determinou o rápido desenvolvimento do capitalismo, nos mais avançados países da Europa. O comércio, a indústria e os bancos, registaram grandes avanços nesses países.

As grandes companhias tornaram-se cada vez mais poderosas. Uma das principais características deste período é que estas companhias concorriam entre si, procurando comerciar o mais possível, como forma de obterem lucros crescentes. Elas podiam explorar as matérias-primas e vender os seus produtos em qualquer parte do mundo.

A concorrência implicava que elas procurassem manter baixos os seus preços. Para isso era necessário que os trabalhadores europeus e os povos das colónias fossem cada vez mais explorados.

O aumento constante da exploração e da concorrência provocava crises frequentes, que abalavam todo o sistema capitalista. Levava muitas empresas à falência e fazia com que as revoltas dos trabalhadores contra as condições de exploração se multiplicassem. Isto era um travão para o desenvolvimento do capitalismo e para a sobrevivência do sistema.

Gradualmente, verificou-se a junção das companhias comerciais com as industriais e os bancos. O desenvolvimento da técnica, com novas descobertas, e a concentração do capital, fez com que este processo se acelerasse. O objectivo era o de acabar com a concorrência. A partir de meados do século XVIII (18) isto fez com que surgissem grandes empresas que passaram a dominar e controlar em exclusivo a produção e a venda de diversos produtos para os mercados internos e mundiais. É a este tipo de empresas capitalistas que chamamos monopólios.

O seu aparecimento representa uma fase superior do desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo. Os interesses dos monopólios passam a ser os próprios interesses das classes dominantes dos países em que surgem. Por isso esta fase é caracterizada por grandes rivalidades e, mesmo, por crescentes conflitos armados entre as potências capitalistas. Estas rivalidades nascem porque a classe dominante, em cada um dos países, quer garantir, para as suas companhias, o direito exclusivo de exploração de determinadas regiões do globo. Como todas queriam as regiões mais ricas, as disputas nasciam deste facto e, com frequência, transformavam-se em guerras.

A PARTILHA DA ÁFRICA

Nasce, por conseguinte, uma contradição entre as potências imperialistas a propósito das suas zonas de influência colonial. Essa contradição foi-se agravando durante a segunda metade do

século XIX. Para evitar uma guerra, as potências imperialistas decidem convocar uma conferência colonial em Berlim, no fim do ano de 1884. Estiveram presentes a

Inglaterra, a França, a Itália, a Bélgica, Portugal e ainda muitas outras potências imperialistas que, embora não tivessem pretensões sobre a África, queriam no entanto estar presentes à respectiva divisão. A conferência durou até aos fins do mês de Fevereiro de 1885, altura em que, finalmente e após longas discussões, chegaram a acordo. Nesse acordo a África foi dividida entre as potências imperialistas europeias, segundo várias regiões de influência traçadas no mapa do continente. Ficou estabelecido que essas regiões só passariam a ser consideradas colónias, quando se verificasse a sua ocupação efectiva. Isto significava que os países colonialistas teriam que proceder ao domínio dos povos dessas regiões africanas, instalando aí as suas estruturas de poder e de exploração. Na prática, a aplicação deste princípio de ocupação efectiva deu origem a uma grande agressão armada contra os povos do continente.

Os europeus, através da sua indústria, possuíam armas de guerra muito aperfeiçoadas e exércitos bem treinados. Tinham alguns aliados entre os chefes corrompidos de certos Estados africanos. Os povos africanos estavam divididos em pequenos Estados. Porque não souberam fazer frente aos colonizadores, eles foram derrotados, apesar da resistência que opuseram.

AS FRONTEIRAS DE MOÇAMBIQUE

Na Conferência de Berlim, Portugal tinha ficado com colónias na Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. em Moçambique os portugueses apenas possuíam algumas feitorias ao longo do rio Zambeze e na costa, entre o Maputo e o Rovuma. Foi por isso que as fronteiras Sul e Norte ficaram definidas por estas duas regiões. As fronteiras com as colónias inglesas. no planalto do Zimbabwe e na região do Lago Niassa, não foram claramente delineadas. Esse facto levou a uma rivalidade entre Portugal e Inglaterra. Portugal dizia que as regiões do planalto da Rodésia, entre Angola e

Moçambique, lhe deviam pertencer, bem como a bacia do rio Chire até ao Lago Niassa. Os ingleses, interessados em unir a cidade do Cabo ao Cairo, diziam que as regiões pretendidas pelos portugueses eram suas, porque tinham força para dominar os povos daquelas zonas. A Inglaterra era uma potência imperialista mais forte e poderosa que Portugal. Enviou tropas para

estas regiões. Os portugueses tentaram também enviar algumas tropas, mas foram várias vezes derrotados pelos ingleses na área de Manica.

Em Janeiro de 1890, os ingleses enviaram aos portugueses uma nota dando-lhes 48 horas para abandonarem as regiões que estavam em disputa. Caso não o fizessem, os ingleses cortariam imediatamente relações com Portugal e ocupá-las-iam pela força. Perante este ultimatum, os portugueses abandonaram definitivamente as suas pretensões sobre aquelas regiões.

O traçado de fronteiras entre as colónias portuguesas e as colónias inglesas, veio a ser regulado pelo tratado de 11 de Junho de 1891. A partir dessa altura, Moçambique passou a ter as fronteiras que hoje existem. Para evitar que os ingleses pudessem vir a cobiçar novas regiões do território da colónia de Moçambique, os portugueses enviaram tropas para dominar os povos de Moçambique e estabelecer a ocupação efectiva.

Começa então uma nova fase de penetração para o interior. A exploração deixou de ser feita por intermediários, e foram enviadas expedições militares que, partindo de bases instaladas junto à costa, têm como objectivo garantir a ocupação, controlo e exploração sistemática e organizada de todo o nosso País, em moldes capitalistas. Com frequência, este processo de ocupação militar e económica vai ter que enfrentar uma resistência popular crescente.

A RESISTÊNCIA POPULAR AO COLONIALISMO

A LUTA SECULAR CONTRA A EXPLORAÇÃO

A sua chegada às regiões costeiras do actual território de Moçambique, tanto os árabes como os portugueses foram recebidos com grande hospitalidade pelas populações que as habitavam. Isto foi possível enquanto os navegadores estrangeiros não utilizaram as armas e o seu poderio para as, dominar e explorar.

A partir da altura em que se tornou claro que estes eram os seus objectivos, a luta de resistência dos antepassados do nosso povo passou a ser constante. Apesar das alianças que estabeleceram com as classes dominadas, os invasores tiveram sempre que enfrentar a oposição da grande maioria da população e de muitos dos seus dirigentes. É a este facto que nos referimos quando falamos na resistência secular do povo de Moçambique contra a ocupação estrangeira e a exploração.

Os chefes Muane, Cherejo e Movera, dirigiram essa revolta. De 1800 a 1810 os portugueses não conseguiram lá penetrar. Finalmente, organizaram uma grande expedição militar, com muitas armas de fogo e, integrando os árabes de Quitongonha como aliados, conseguiram vencer aqueles chefes.

Em 1896, os Namarrais, aliados aos Maraves e aos Matibanas, derrotaram os portugueses na batalha de Mugenga. Só mais tarde o Estado Namarral foi ocupado, quando o chefe Mocuto-Muno e os seus sucessores foram obrigados a submeter-se à coroa portuguesa. Após 1885, e para seguirem a norma ditada pela Conferência de Berlim sobre a ocupação efectiva de Moçambique, os portugueses lançaram grandes campanhas militares para submeterem o povo moçambicano à sua dominação.

Desde os primeiros tempos dessa «ocupação efectiva» de Moçambique, verificou-se o aumento dos movimentos de resistência em diversos pontos do País. As populações manifestavam-se de várias maneiras: recusavam-se a pagar impostos, não respeitavam as autoridades portuguesas e não permitiam a penetração dos comerciantes no interior. A este tipo de resistência, chamamos resistência passiva.

AS CAMPANHAS DE OCUPAÇÃO

A resistência activa tomou a forma de levantamentos armados. A resistência activa, juntamente com as novas normas de ocupação decididas na Conferência de Berlim, levaram o governo português a iniciar as Campanhas de Ocupação que designaram como «campanhas de pacificação». Os portugueses utilizaram vários métodos de opressão, nestas campanhas. As expedições punitivas e o suborno de alguns chefes corrompidos, foram os mais utilizados. Depois destas expedições, veio a implantação pela força da administração colonial portuguesa.

A resistência dos diferentes Estados africanos, fracassou totalmente porque não tinha unidade. Os chefes tribais limitavam-se à defesa dos interesses locais, que por vezes se chocavam com os interesses dos Estados ou tribos vizinhos. So entre 1885 e 1902. os portugueses lançaram 15 grandes campanhas militares contra as populações do vale do Zambeze. Em resposta a isto, algumas tribos uniram-se contra o inimigo comum, sob a direcção de alguns chefes tribais, como por exemplo Chisinga, da tribo Macanga.

É igualmente o caso da aliança entre os Barué e o Monomotapa, que combateram juntos durante 16 anos antes de serem vencidos pelos colonialistas.

Apesar destes casos, deve-se notar que as divisões entre as tribos facilitaram a vitória dos portugueses. Esta vitória foi também alcançada devido ao armamento tecnicamente superior dos colonialistas. Com a derrota do povo do vale do Zambeze, começa uma nova fase de colonização intensiva e de resistência local. Começa também a imposição do chibalo, do imposto obrigatório (Mussoco), a utilização do chicote e a monocultura.

A resistência popular passou então a caracterizar-se pelo ataque aos símbolos do colonialismo ou aos seus agentes directos como, por exemplo, os cipaiois. Essa resistência teve várias formas: **Resistência no dia a dia: Diminuição no ritmo de trabalho, como resposta aos maus tratos dos colonialistas.**

Grupos organizados: Eram grupos que fugiam do trabalho e se organizavam para atacar postos administrativos ou cipaiois e que queimavam as aldeias que colaboravam com o inimigo. Os camponeses consideravam estes combatentes como heróis, dando-lhes apoio, refúgio e comida. Entre estes grupos, devemos salientar o exemplo notável do chefe Mapondera. A sua fama era tão grande, que havia quem acreditasse que ele tinha poderes sobrenaturais e mágicos no corpo. Todos os seus antepassados tinham fama de agitadores e rebeldes. Começou a sua actividade quando tinha vinte anos e consultavam-no sempre que havia problemas. A princípio, ele tinha boas relações com os portugueses, com quem negociava em marfim. Mais tarde, um incidente em que os portugueses maltrataram a população da sua aldeia, colocou-o definitivamente do lado do povo, onde lutou durante 15 anos contra o invasor.

Emigração: Uma outra forma indirecta de resistência foi a emigração para os países vizinhos. Calcula-se que, entre 1900 e 1910, fugiram mais de 50 O.U.O. pessoas para a colónia inglesa da Rodésia.

Revoltas camponesas: Verificaram-se diversas revoltas contra os ocupantes portugueses, em que os camponeses, devido ao ódio acumulado, destruíam lojas e armazéns, matavam cipaiois e destruíam plantações. Estas acções não eram planificadas, duravam pouco e eram esporádicas.

Entre 1890 e 1905, verificaram-se 16 revoltas, muitas das quais se deram em Quelimane, Sena e Tete. Nestas acções, os camponeses atacavam e fugiam para a sua aldeia, onde ficavam isolados, sem contacto com outras aldeias.

Rebeliões: Distinguem-se das revoltas porque já têm objectivos mais avançados. Pretendiam o fim do colonialismo para restabelecerem a sociedade feudal-tradicional que existia antes de chegarem os colonos. Os chefes tribais, ao verem que cada vez tinham menos poder, provocavam essas rebeliões para tentarem restabelecer o seu domínio. Conhecem-se pelo menos três rebeliões de grande amplitude, nos anos de 1896, 1897 e 1904. A primeira no Monomotapa e as duas últimas dirigidas pelos chefes Shona.

Todas essas rebeliões foram esmagadas pelos portugueses. Houve outra rebelião importante em 1917, na região do Zambeze.

As suas causas fundamentais, foram:

Aumento do trabalho forçado quando, entre 1915 e 1917, os portugueses resolveram abrir uma estrada entre Tete e Massequece e recrutaram pela força 10 000 trabalhadores com essa finalidade;

- ⇒ Aumento de abusos com as mulheres e as crianças;
- ⇒ Recrutamento massivo (10000 homens) para lutar contra os alemães, numa guerra com a qual os moçambicanos não tinham nada a ver. Cerca de 80% desses recrutados morreram em combate durante o primeiro ano;
- ⇒ Estabelecimento da (Companhia de Moçambique) a quem foi atribuída esta zona (Zambeze) para o cultivo obrigatório do algodão. Uma característica importante desta rebelião foi o facto de ela ter surgido entre o próprio povo, que assim ultrapassou a autoridade de alguns chefes tribais. Demasiado comprometidos com o colonialismo, estes tinham-se recusado a dirigir a luta. Foi o que sucedeu, por exemplo, com os chefes do Monomotapa e do Barué.

Esta rebelião também foi sufocada, devido à grande superioridade técnico-militar dos colonialistas portugueses. Outros casos de resistência activa contra a ocupação efectiva e a exploração colonialista portuguesa foram, porém, dirigidos pelos chefes tribais. Por exemplo,

em 1899, no Niassa, onde o chefe Mataca era senhor de imensos territórios e como tal reconhecido pelas populações que o habitavam. Tentando aliá-lo ao governo português, o Governo-Geral da colónia enviou-lhe emissários com propostas e ofertas nesse sentido. O chefe Mataca recusou-se e mandou matar esses emissários. Dirigindo o seu exército, ele preparou-se para fazer frente às represálias, mas uma expedição fortemente armada derrotou-o e reprimiu cruelmente as populações que lhe eram fiéis.

Também por essa altura o sultão de Angoche, Mussa Quanto e, depois, o seu sucessor Fareley, levantaram-se contra a administração portuguesa. Aliando-se em fins do século XIX (19) com os chefes Namarrais, Maraves e Nhapacos de Angoche, eles derrotaram os portugueses. Somente em 1910 Fareley foi vencido e preso. No Barué rebentou em 1902 uma grande rebelião dirigida pelo Macombe, que se estendeu até à região de Gorongosa.

No Sul, e principalmente devido à repressão cometida pelos governadores, entre os quais Dionísio Ribeiro, revoltaram-se diversos clãs Ronga. Dirigidos pelos seus chefes, o clã Zixaxa e outros atacaram Lourenço Marques, matando aquele governador.

A OCUPAÇÃO DO ESTADO DE GAZA

O Estado de Gaza, fundado por Sochangane, tinha uma grande extensão, compreendendo regiões entre o Zambeze e o Maputo. Muzila, filho e sucessor de Sochange, seguiu a política do pai e preocupou-se principalmente em conservar as fronteiras do Estado.

A política seguida por seu filho, Gungunhana, foi diferente. Quando este toma o poder, transfere a capital de Gaza para Manjacaze e o Estado reduziu-se à região compreendida entre os rios Púnguè e Incomáti. A atitude deste chefe explica-se por duas razões: a necessidade de ocupar melhores terras no vale do Limpopo e a necessidade de assegurar a soberania Nguni em toda a região a Sul do Save.

Os ingleses dominavam por esta altura o Transvaal. Como esta colónia não tinha saída para o mar, eles tentaram apoderar-se da Baía do Maputo. Para isso, quiseram transformar o Estado de Gaza numa colónia sua. Nasceu assim um novo conflito entre Portugal e a Inglaterra.

Gungunhana procurou aproveitar-se desse conflito para se opor à penetração colonial e continuar a chefiar o seu Estado. Contava também com um forte exército, que organizava segundo os princípios militares dos Nguni.

- ⇒ Exército de Gungunhana estava dividido em Mangas (correspondentes a um batalhão actual), que eram comandados por Indunas. Cada Manga estava dividida em Mabanjas (correspondentes a uma companhia), comandadas por Mabanjas.
- ⇒ Chefe máximo dos Indunas era o próprio Gungunhana, cujo exército contava com cerca de 15 000 homens. Possuía 2000 espingardas.
- ⇒ Poderio de Gungunhana era suficientemente grande para causar preocupações aos portugueses. Por esse motivo, o governo português enviou um **«Comissário Régio»**, chamado António Enes, chefe militar colonialista, com a tarefa de «pacificar os povos do Sul».



Imagem que ilustra Ngungunhana junta as suas esposas.

Na região do Maputo, havia tribos que se submeteram aos portugueses e outras que eram fiéis a Gungunhana, como por exemplo Manhiça, Magaia, Zixaxa e Moamba. Foi contra estes que os

portugueses lançaram as suas tropas. Os portugueses aproveitaram um período em que havia contradições na tribo Magaia entre dois herdeiros: Maazul, que não aceitava a soberania de

Portugal, e Maveja, que aceitava submeter-se a ela. Tendo conhecimento que os portugueses estavam dispostos a auxiliar Maveja, Maazul aliou-se ao clã Zixaxa, dirigido por Mativejane, e avançou contra Lourenço Marques.

Apesar de bem defendida, conseguiram entrar na cidade, obrigando os portugueses a refugiarem-se na fortaleza. A cidade foi saqueada e a fortaleza atacada. Entretanto, os navios de guerra portugueses atracados no porto bombardearam os atacantes, conseguido assim que se retirassem da cidade. Os seus chefes refugiaram-se na corte de Gungunhana.

Os portugueses ameaçaram então Gungunhana de que, ou ele entregava os chefes Maazul e Mativejane, ou haveria guerra. Gungunhana recusou. Em Setembro de 1895, as tropas portuguesas avançaram em três colunas diferentes. Uma, pelo rio Incomáti, outra, pelo rio Limpopo e a terceira, a mais importante, por Inhambane, descendo o rio Inharrime. A coluna do Incomáti foi a primeira a entrar em combate com as forças de Gungunhana, em Magul, onde viviam os dois chefes. Enquanto estes abandonavam o local, travou-se um violento combate que os portugueses venceram. Entretanto, saía a coluna de Inhambane, comandada por Mouzinho de

Albuquerque, e que se compunha de infantaria e artilharia. Os portugueses voltaram a fazer a mesma ameaça. Gungunhana não aceitou entregar os dois chefes e reuniu todas as suas Mangas sob o comando do chefe militar Maguiguana, para combater as tropas portuguesas.

A batalha deu-se no vale de Coolela. Os portugueses vencem outra vez e espalham o terror no seio da população, incendeiam aldeias e massacram populações indefesas. Isto leva muitos chefes tribais a render-se. Gungunhana, desmoralizado, refugia-se em Chaimite mas é traído, e os portugueses conseguem prendê-lo. Mais tarde será deportado para os Açores, com a sua família. Mas Maguiguana, embora derrotado em Coolela, prossegue a luta. Começou por atacar todos os pequenos postos militares que, entretanto, os portugueses tinham começado a construir. Causou a fuga e a desmoralização de muitos soldados portugueses.

Encorajado por estas vitórias, Maguiguana consegue o apoio de muitas tribos que tinham acreditado na superioridade dos portugueses, e resolve atacar Chibuto, importante guarnição

militar dos colonialistas. Alarmados, os portugueses chamam Mouzinho de Albuquerque, que se encontrava a combater no Norte contra os Namarrais. A grande arma do exército português era a cavalaria. Maguiguana concentra as suas tropas na localidade de Macontene, etapa final do ataque a Chibuto. Mouzinho de Albuquerque resolve ir ao encontro de Maguiguana, pois se ficasse em Chibuto e fosse cercado, de nada lhe serviriam os cavalos.

Em Macontene dá-se a batalha e Maguiguana sai derrotado. Os cavalos, devido à sua mobilidade, conseguem desorientar as tropas moçambicanas. Maguiguana foge mas é alcançado nos Montes Libombos, quando estava prestes a atravessar a fronteira. Em vez de se render, como faziam muitos chefes, resiste matando inimigos até ele próprio cair morto.

Maguiguana é uma das grandes figuras da História de Moçambique, e o seu exemplo inspirou várias gerações. Maguiguana é um dos nossos heróis e precursores do nacionalismo moçambicano.

AS COMPANHIAS MONOPOLISTAS

Na última década do século XIX (1890-1900), a sociedade capitalista europeia tinha atingido já a sua fase suprema, o imperialismo. Uma das características do capitalismo é a exploração dos operários e camponeses por uma classe burguesa, no seu próprio país. Como vimos, o imperialismo caracteriza-se pela expansão dessa exploração aos povos de outros países e continentes.

Em África, essa dominação começou na segunda metade do século XIX, para atingir o seu ponto máximo depois da Conferência de Berlim, em 1884/1885. Enquanto o colonialismo foi capitalista, a exploração colonial era feita por meio do roubo descarado das riquezas africanas, através da escravatura e do comércio.

Na fase imperialista, essa exploração tomou outras formas. Tornado predominante na Europa, o capital financeiro vai ser também exportado para as colónias onde, por meio das matérias-primas baratas (plantações e monoculturas) e da mão-de-obra barata (trabalho obrigatório), se reproduzia enormemente. As matérias-primas eram enviadas para as metrópoles, onde eram transformadas e depois reexportadas para a África. Dessa maneira, os países capitalistas obtinham enormes lucros.

- ⇒ Capital financeiro foi exportado para a África através da criação de Companhias Monopolistas, isto é, companhias que tinham poderes totais de exploração no campo económico, administrativo e social.

Todos os países imperialistas, tais como a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França e a Bélgica, criaram companhias desse tipo nas suas colónias africanas.

Em Moçambique, em 1891, o governo português deu a capitalistas estrangeiros, ingleses e franceses, o direito de explorar as regiões de Moçambique compreendidas entre o rio Zambeze e o Save, constituindo assim a Companhia de Moçambique. No ano seguinte, o governo português deu concessões idênticas a outros capitalistas estrangeiros, alemães e franceses, nas regiões de Niassa e Cabo Delgado - Companhia do Niassa, e Zambézia - Companhia da Zambézia.

- ⇒ Governo português fez estas concessões porque, sendo um país pobre, embora colonialista, não tinha capital financeiro suficiente para investir nas colónias.

Estas companhias tinham poderes absolutos nas regiões em que estavam implantadas. Cobravam impostos. batiam moeda, administravam e exploravam as plantações, coagiam ao trabalho obrigatório e às monoculturas. As Companhias de Moçambique, de Niassa e da Zambézia, eram autênticos Estados dentro da colónia.

CARACTERÍSTICAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS OPRESSÃO E DEPENDÊNCIA

Quando a resistência do povo moçambicano à ocupação militar portuguesa foi abafada pela força das armas, o colonialismo português passou à montagem da sua máquina de opressão colonial.

- ⇒ Ideólogo da colonização, nos fins do século XIX, princípios do século XX, foi António Enes. Foi ele que planeou a administração colonial. dividindo Moçambique em distritos, circunscrições e postos. O administrador era a unidade básica desse regime, que tinha como objectivo oprimir e explorar o povo moçambicano.
- ⇒ Administrador tinha poderes arbitrários muito amplos. Era o representante directo do governo colonial. Cobrava os inúmeros impostos a que a população estava sujeita, o mais cruel dos quais era o mussoco, ou imposto de palhota. Era também o administrador que fazia o recrutamento para o trabalho forçado nas plantações dos grandes colonos e das

companhias de monocultura. Fazia também de juiz nos conflitos entre as populações e entre os colonos e os colonizados.

⇒ Administrador simbolizava a opressão colonial portuguesa em Moçambique. Outra ideia de António Enes foi a de permitir aos capitalistas não portugueses, virem explorar e oprimir o povo de Moçambique. O maior exemplo foi a criação das várias Companhias Monopolistas.

Foi também sob sua orientação que foram criadas as linhas de caminho de ferro que ligam o litoral moçambicano à República da África do Sul e à colónia britânica da Rodésia. A Rodésia não tem saída para o mar e precisa dos nossos portos para exportar os seus produtos. Essas linhas de caminho de ferro não ajudaram a desenvolver a economia de Moçambique, porque não faziam a ligação dumas províncias com as outras. Pelo contrário, elas contribuíram para tornar a economia de Moçambique ainda mais dependente da economia dos países vizinhos e do imperialismo.

No mesmo ano da inauguração da linha de caminho de ferro Maputo-Pretória, foi assinada entre o governo português e o governo sul-africano uma convenção segundo a qual Moçambique deveria fornecer anualmente 100 000 trabalhadores para as minas do Transvaal. Esta política de exploração colonial continuou durante a República Portuguesa que começou em 1910.

O FASCISMO PORTUGUÊS

Com a subida ao poder de Salazar, em- 1926. começou um novo período de opressão colonialista no nosso País. A este período chamamos de colonial fascista.

O fascismo é uma forma de opressão capitalista que utiliza o terror para manter a sua dominação sobre as classes trabalhadoras. Foi um período de grande opressão, tanto para o Povo português, como para o Povo moçambicano, angolano, guineense, cabo-verdiano e timorense.

O governo fascista não permitia que as pessoas discutissem os seus problemas e manifestassem a sua vontade e opiniões, nem que discordassem dos abusos cometidos. Um dos meios para poder conseguir controlar a situação e reprimir as pessoas, foi a criação de uma polícia política, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a qual a partir de 1969 passou a chamar se DGS (Direcção -Geral de Segurança).

A PIDE - DGS foi responsável pelo sofrimento e tortura de inúmeros moçambicanos, muitos dos quais morreram nas prisões. As duas principais eram a da Machava e a da Ilha do Ibo. Para realizar com maior eficácia a exploração das riquezas e dos povos das colónias, era necessário que o controlo desses territórios estivesse bem seguro nas mãos do governo fascista.

A primeira lei feita por Salazar com esse objectivo foi o Acto Colonial, em 1930. A partir de então vai sendo feita, através de sucessivas leis, a reorganização administrativa, que atingiu a sua forma definitiva em 1951, quando as colónias passaram a ser chamadas províncias ultramarinas, na ONU. Moçambique passou a ser submetido à autoridade de um Governador-Geral e dividida em nove distritos, cada um deles com um Governador Distrital, que superintendia nos Administradores, Chefes de Posto e todos os outros funcionários da administração colonial.

⇒ Governador -Geral e os Governadores Distritais eram nomeados directamente pelo governo colonial de Lisboa, e seguiam rigorosamente as orientações que recebiam.

A POLITICA ECONÓMICA COLONIAL

Uma das disposições do Acto Colonial impedia o estabelecimento de Companhias Monopolistas e estipulava que as existentes teriam o seu fim no termo dos respectivos contratos. Esta foi a primeira medida tomada para estender a administração colonial portuguesa a todo o território moçambicano.

⇒ Objectivo era eliminar os privilégios dos capitalistas estrangeiros ligados a essas Companhias, e defender os interesses do capitalismo português, que era mais fraco e não podia concorrer com eles. Esta protecção dos interesses da burguesia colonial portuguesa e do seu retrógrado colonialismo, é uma das características do fascismo. Estas mudanças não trouxeram nenhum benefício ao Povo moçambicano. Tratava-se apenas de desenvolver a exploração de Moçambique em favor dos capitalistas portugueses e de não compartilhar os frutos dessa exploração com as classes capitalistas de outros países.

⇒ Facto de haver uma administração bem montada, teve como resultado um grande aumento de trabalho forçado e facilitou a imposição das culturas obrigatórias do algodão, chá, sisal e cana-de-açúcar. Estes produtos, que serviam para a exportação, davam grandes lucros aos colonialistas à custa dos moçambicanos, que não podiam cultivar nas suas terras os produtos que eram necessários à sua alimentação.

⇒ Número de trabalhadores moçambicanos enviados para as minas da África do Sul e da Rodésia, aumentou. Esta era outra forma de exploração do Povo moçambicano, porque os governos desses territórios pagavam ao governo de Portugal uma certa quantidade de ouro por cada trabalhador que ia para as minas.

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Durante o período fascista houve uma intensificação da colonização. Colonos portugueses, camponeses vítimas de uma grande exploração na sua terra e a quem eram prometidas melhores condições de vida, eram enviados para Moçambique, servindo como instrumentos da classe dominante portuguesa. Estes colonos eram instalados nas zonas rurais, em terras que o governo português expropriava aos moçambicanos, seus legítimos donos. Estas terras assim ocupadas pelos colonos portugueses, constituíam os colonatos. Ao mesmo tempo, deu-se um crescimento nos serviços públicos e nas empresas particulares, o que originou a vinda de mais portugueses.

Os moçambicanos, sujeitos a uma forte discriminação racial, não eram admitidos nesses serviços ou empresas, a não ser para desempenharem funções de auxiliares. Mesmo os que realizavam tarefas idênticas às dos portugueses, recebiam salários muito menores.

A discriminação racial estava estabelecida pela lei colonial, que dividia as pessoas em três categorias: os portugueses, os indígenas e os assimilados. A primeira categoria era formada pelos europeus, provenientes de Portugal, e por todos os seus descendentes. sendo os únicos que tinham todos os direitos.

Os indígenas, que constituíam a maioria do Povo moçambicano, formavam a camada mais explorada da população. Não tinham direitos e eram considerados inferiores. Estavam sujeitos a toda a espécie de discriminação, sendo obrigados a apresentar um documento de identidade, a caderneta, sem a qual eram presos e enviados para trabalhar, sem receberem nada nas plantações, na construção de estradas e noutros trabalhos pesados. Por fim, existia a terceira categoria, constituída por alguns moçambicanos que, por saberem falar e escrever a língua portuguesa e terem condições económicas mais favoráveis, não estavam sujeitos a uma discriminação tão grande. Eram os assimilados. Uma das condições para se ser assimilado. ou «civilizado», era renunciar à cultura moçambicana, espezinhada e considerada inferior pelos colonialistas.

A POLÍTICA DE OBSCURANTISMO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Esta diferenciação social reflectia-se também no ensino e na saúde. A maioria dos moçambicanos não tinham recursos económicos que permitissem suportar os custos do ensino. Além disso, as poucas escolas existentes estavam concentradas nos centros urbanos, longe das zonas-rurais onde vivia a maior parte da população. Havia duas espécies de ensino: um na cidade - o ensino oficial, outro no interior - o ensino de adaptação ou ensino rudimentar.

Este último era feito nas missões. Limitava-se a iniciar os alunos na aprendizagem da língua portuguesa e tinha como principal objectivo espalhar a religião cristã, que foi uma grande aliada do sistema colonial, porque pregava a resignação e a aceitação da exploração.

Nas colónias, a ligação do Estado fascista português com a Igreja Católica, estava regulamentada pelo Acto Missionário de 1940 e pelo Estatuto Missionário de 1941. Através destes acordos, que tinham por base a Concordata, o governo português comprometia-se a proteger e subsidiar a acção dos padres e missionários enviados para as colónias.

O governo fascista apoiava a Igreja Católica na sua obra de evangelista dos povos das colónias. Em troca, a Igreja Católica apoiava a sua política de dominação colonial. O analfabetismo foi uma das características da política do colonialismo e do fascismo.

Na saúde, o aspecto geral era o mesmo. Só havia hospitais e médicos nas grandes cidades, estando o Povo moçambicano, portanto, privado de assistência médica. Como as autoridades não tinham nenhum interesse pelas condições de saúde do povo, não faziam campanhas de educação sanitária.

A ÚLTIMA FASE DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1939-45, o fascismo português não escondeu as suas intenções de explorar desenfreadamente os recursos naturais e humanos das colónias. Poucos anos depois, as circunstâncias internacionais, o anticolonialismo crescente, obrigaram o governo salazarista a tentar esconder essas realidades.

Foi assim que se começaram a verificar alterações nas leis, principalmente a partir de 1951. As leis mudaram, mas a exploração continuou. As colónias passaram a ser chamadas Províncias

Ultramarinas, mas o colonialismo continuou. A partir de 1961, houve mais modificações legais, como por exemplo a abolição do regime de indigenato e das leis que permitiam o trabalho forçado e as culturas obrigatórias. Isto foi devido à situação criada pela independência de numerosos países africanos e ao aparecimento da luta armada, iniciada pelo MPLA. em Angola, e depois pelo PAIGC, na Guiné, e pela FRELIMO, em Moçambique. Para defender a sua posição nas colónias, o governo português mudou a sua atitude inicial em relação ao imperialismo. Em troca do apoio financeiro e militar de que Portugal necessitava para fazer a guerra contra os povos das colónias, foi dada a possibilidade, aos capitalistas de outros países, de compartilharem as vantagens da exploração das riquezas das colónias. Um dos exemplos mais flagrantes em Moçambique foi a barragem de Cahora -Bassa.

A FRELIMO E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- ⇒ A resistência à dominação colonial é uma constante da nossa História. Demonstra-nos também que todas as formas de exploração e repressão determinaram, ao longo dos séculos, formas correspondentes de resistência e luta.
- ⇒ Período que se segue à introdução do capitalismo no nosso país foi caracterizado, como vimos, pela generalização dessa resistência em todas as regiões em que os colonialistas procuravam tornar extensivo o princípio de «ocupação efectiva», ditado pela Conferência de Berlim em 1885.
- ⇒ colonial-fascismo. que teve como objectivo consolidar essa ocupação e fomentar uma exploração crescente das nossas riquezas e do nosso povo, vai determinar novas formas de resistência. Até 1962, estas formas de resposta à opressão continuam no entanto a ser esporádicas, espontâneas e muito localizadas. Por isso elas foram facilmente esmagadas pela repressão colonialfascista, tal como, ao longo dos séculos anteriores. tinham sido sufocadas todas as revoltas e tentativas de combate ao ocupante.

A fundação da FRELIMO, em 25 de Junho de 1962, marca o início de uma fase qualitativamente diferente da nossa luta contra a exploração e opressão colonialistas. Com a fundação da FRELIMO esta luta passou a ser diferente porque, baseada em toda a história do nosso povo, a FRELIMO proclamou a unidade do Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo como sendo um factor essencial para a vitória contra o colonialismo português. Organizado e dirigido pela FRELIMO, o Povo moçambicano, finalmente unido do Rovuma ao Maputo, desencadeou a luta

armada de libertação nacional em 25 de Setembro de 1964. Após dez anos de guerra popular, o colonial-fascismo foi derrotado no nosso país e conquistada a nossa independência nacional. Em 25 de Junho de 1975 foi proclamada a República Popular de Moçambique, fruto da resistência do nosso povo contra todas as formas de exploração, Estado de trabalhadores para trabalhadores.

Guerra Civil em Moçambique

A Guerra Civil Moçambicana (também conhecida como Guerra dos Dezaséis Anos em Moçambique) foi um conflito civil que começou em 1977, dois anos após o fim da Guerra de Independência de Moçambique, e que foi semelhante à Guerra Civil Angolana, visto que ambas eram guerras secundárias dentro do contexto maior da Guerra Fria. Os ideais do partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), bem como os das forças armadas moçambicanas eram violentamente opostos aos da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que recebia financiamento da Rodésia e, mais tarde, da África do Sul. Durante o conflito, cerca de um milhão de pessoas morreram em combates e por conta de crises de fome. Além disso, cinco milhões de civis foram deslocados e muitos sofreram amputações por minas terrestres, um legado da guerra que continua a assolar o país. A recessão económica e social, o totalitarismo marxista, a corrupção política, a pobreza, as desigualdades económicas e o insucesso do planeamento central, fizeram nascer uma vontade revolucionária.

O conflito apenas terminou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz pelo então presidente da república Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, então presidente da Renamo.

Após o fim da guerra, o país viu a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994. Entretanto, havia uma centena de milhares de mortes a ser reivindicadas pela guerra, além de inúmeras minas terrestres remanescentes em solo moçambicano, que tornaram-se um grande problema para o país.

Contexto de introdução das Reformas (PRE)

As reformas neoliberais foram iniciadas em 1984 com a aceitação de Moçambique como membro do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e introduzidas em 1987, com o Programa de Reabilitação Económica (PRE). O PRE surgiu no contexto do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) inspirado nas decisões do Consenso de Washington.

As reformas visavam substituir o modelo socialista de desenvolvimento pelo capitalismo. Empresas do Estado foram privatizadas; reduziram-se os gastos do Estado com educação e saúde e; em 1990 uma nova constituição foi aprovada com o objectivo de acomodar a democracia multipartidária e propriedade privada.